

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

29.11.2017

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO****29.11.2017**

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ - PSDB – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião ordinária da Comissão de Transportes e Comunicação da 3ª sessão legislativa, do segundo biênio, da 18ª legislatura. Registro com muita alegria e satisfação a presença dos deputados: Carlão Pignatari; José Zico Prado; Chico Sardelli; Roberto Moraes; André do Prado; Roque Barbieri e o deputado Carlos Neder, também, João Paulo Rillo e Léo Oliveira.

Solicito ao secretário a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ - PSDB – Cássio Navarro. Desculpa.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ - PSDB – Desse jeito vocês me destituem do cargo. Os caras fazem uma rebelião. Pela ordem, deputado Roberto Moraes.

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Eu solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ - PSDB – É regimental, está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Eu quero aqui antes de mais nada fazer uma proposta aos senhores deputados, a nossa reunião hoje tem duas finalidades, deliberar a pauta anexa que os deputados receberam. E ouvir o Sr. Giovanni Pengue Filho, que é o diretor geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos e delegado de transporte do estado de São Paulo, ARTESP, sobre os seguintes assuntos: prestação de contas nos termos do parágrafo primeiro, do art. 52-A da Constituição Estadual, expansão do programa de concessões em rodovias paulistas e em especial no que se

refere a rodovia São Paulo 255, e providências tomadas em relação a construção da terceira faixa do rolamento da rodovia Washington Luís SP 310 entre os municípios de Cedral e Mirassol. E eu queria propor aos senhores deputados que invertêssemos aqui um pouco a pauta e deliberássemos as conclusivas que são rápidas, porque poderíamos estar votando em bloco, e então, temos dois blocos, aqueles que tem substitutivos e aquelas que foram aprovadas sem os substitutivos.

E, então eu quero colocar em votação senhores deputados que estiverem de acordo com essa proposta permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. E então vamos lá, o bloco um, que são as proposições de denominações com votos favoráveis na forma do substitutivo, eu gostaria que os senhores acompanhassem aí na pauta que são os itens um, três, quatro, cinco, seis, sete, nove, dez, 11, 12 e 15. Certo?

E, então em discussão. Os senhores deputados que quiserem fazer alguma discussão que se manifestem. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os senhores deputados que forem favoráveis ao voto do relator permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado os substitutivos e prejudicadas as proposições em suas formas originais conforme o voto do relator.

Bloco dois: são as proposições com votos favoráveis, os itens dois, oito, 13 e 14. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os senhores deputados que forem favoráveis ao voto do relator permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovados os projetos conforme o voto do relator.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Pela ordem, deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB – Pede uma ajuda para o cara do ar-condicionado porque vamos congelar aqui dentro. Eles já pediram, mas eu acho que está faltando o senhor pedir. Está frio isso aqui.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Eu concordo com o deputado, está muito frio mesmo, mas eu tenho certeza absoluta que esse calor humano que temos aqui hoje daqui a pouco vai estar totalmente aquecida essa sala. Vamos lá, gente.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Pela ordem, deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Eu estou aqui preocupado com o tamanho da pauta que temos para resolver aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Por que, deputado?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - A pauta sim, mas para ouvir o secretário eu acho que temos que colocar um tempo, porque tem algumas do rolamento lá de São José do Rio Preto, e a questão da 255 eu acho que deveríamos também ter condições de ter um tempo para que ficasse esclarecido tanto para os deputados, tanto para aqueles que vieram aqui hoje fazer essa discussão.

Então, eu queria propor que nós tivéssemos uma margem de tempo para cada item.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Deputado, eu quero lembrar aos senhores deputados que nós estamos aqui obedecendo o art. 52 da Constituição aonde o secretário e os presidentes das estatais são obrigados a prestarem cotas. E então não é uma audiência pública, certo? Então apenas os senhores deputados poderão participar do debate, certo?

O SR. CARLOS NEDER – PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Pela ordem, deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER – PT - Sr. Presidente, nós temos aqui vereadores de alguns municípios, e eu pediria a V. Exa. que eles pudessem ser anunciados e eventualmente compor a Mesa conosco, uma vez que alguns estão em pé.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Eu estou aguardando a relação que o senhor ficou de mandar.

O SR. CARLOS NEDER – PT - Foi entregue a Mesa.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Acabaram de entregar deputado. Então, aqui com muita satisfação...

O SR. - ... Sr. Presidente, eu queria... Não sou contra, ao contrário, eu sou a favor que o secretário que tenha, só que temos de ter tempo para isso.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Deputado.

O SR. - Eu não sei como é que vamos distribuir o tempo.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Deputado, fica tranquilo, nós vamos... Tudo depende do comando, e então o senhor fique tranquilo que nós vamos fazer com que os três itens sejam atendidos. Certo? Até porque o primeiro item é com relação as prestações de contas, e depois vem a questão da SP 255 e depois da São Paulo 310. E que, são dois casos específicos do São Paulo 255 e que o maior interessado que nós temos aqui é o deputado Carlos Neder, obviamente que os outros deputados também têm um interesse, mas é ele que liderou o movimento todo e a SP 310 é do próprio João Paulo Rillo.

E, então, eu não vejo problema algum, certo? Em estarmos discutindo os três temas e sendo e obedecendo essa forma.

O SR. - Eu só quero garantir tempo suficiente, eu estou à disposição o tempo todo, mas eu queria garantir o quórum durante o tempo todo, é só esse alerta.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Mas nós já deveríamos ter começado, é, ou, não é? Então vamos lá, eu quero aqui com muita alegria anunciar a presença dos senhores vereadores de Barra Bonita, o Niles Zambelo Júnior, Maicon Furtado. De Jaú, vereadores: Roberto Carlos Vanucci, Vivian Soares e Fábio Souza. E de Avaré, o vereador Sérgio Fernandes. E aqui eu pediria que o deputado Zico Prado,

poderiam avançar aqui na frente? O deputado Zico, João Paulo Rillo, Carlos Neder, e os vereadores poderiam se acomodar nessas cadeiras laterais, por favor, será um prazer para nós.

Então aqui eu queria convidar o diretor executivo da ARTESP, o Sr. Giovanni Pengue Filho, para que fizesse um assento aqui a Mesa, Giovanni, para o senhor dar início a sua apresentação. Olha, eu também quero anunciar a presença da vereadora Ivanir de Ibaté, e da mesma forma convidá-la para que fizesse assento nas cadeiras laterais. E acompanhando o Giovanni, diretor da ARTESP, temos aqui o coronel Alberto Silveira Rodrigues, diretor de operações, o Nelson Raposo, que é o diretor de procedimentos e logística.

O Rafael Benini, diretor econômico e financeiro. Obrigado pela presença senhores. Então vamos lá, regimentalmente o nosso convidado vai fazer a sua apresentação que não vai durar mais do que 30 minutos, e depois cada membro da Comissão terá dez minutos para participar e quem não é da Comissão, cinco minutos.

Se obedecermos ao tempo, com certeza dará tempo de concluirmos a pauta tranquilamente. Meio dia e meia eu tenho compromisso.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Bom, obrigado Presidente, deputado João Caraméz, e a todos os deputados aqui da Comissão, é um prazer retornar aqui a Comissão – última vez que eu passei e fui nomeado na condução –, e poder fazer a prestação de contas aqui da agência, da gestão de 2015 até o momento. Eu vou tentar ser o mais rápido e mais breve, eu vou passar os temas mais importantes da prestação de contas, e aí vou ficar disponível para as perguntas dos deputados e dos temas específicos.

E, então esse ano a agência completa 15 anos, é um grande orgulho para mim estar à frente da agência nesse ano importante, e já começar agradecendo aqui a Casa e a Assembleia Legislativa por ter votado o Projeto de lei de cargos e classes dos funcionários da ARTESP em 2015, e esse ano conseguimos oficialmente concluir o primeiro concurso público da ARTESP. E recebemos nesse mês de novembro os primeiros funcionários, é um grupo de 20 pessoas, e nessa primeira convocação do concurso são 161 novos funcionários e colaboradores aqui na agência, e é um orgulho muito grande conseguir levar essa agência em um patamar ainda de mais qualidade, desempenho e agilidade nos próximos 15 anos.

E, então eu agradeço a Assembleia Legislativa pela oportunidade para a agência estar desenvolvendo nesse sentido. Passando rapidamente nos modais que temos sobre a regulamentação e fiscalização da ARTESP, o primeiro é o transporte intermunicipal de passageiros que já chegamos a 100 empresas, mil linhas no transporte regular, e o fretamento contínuo, e eventual de estudantes já com 14 mil veículos inscritos. E nesse processo, um dos trabalhos da agência nos últimos dois anos é cada vez mais até pedir para o poder concedente austeridade na fiscalização, e então temos reforçado todas as ações em todos os modais na fiscalização, e é um pouco o que viemos trabalhando dentro da área de transporte intermunicipal de passageiros, e então de 2015 para cá e esse ano, por exemplo, já foram 102 apreensões, fiscalizações de veículos fiscalizados.

E, fizemos algumas apreensões de transportes irregulares, e tudo para manter a qualidade do serviço para os usuários desse modal. E temos também a concessão do transporte intermunicipal de passageiros, e estamos trabalhando em uma divisão em áreas, são cinco áreas de concessão para o transporte e aonde vão estar divididas as linhas que hoje estão sob permissão, e esse processo se iniciou em 2015, e então em 2015 tivemos o decreto da concessão, e fizemos as audiências públicas, e em 2015, finalzinho, e fizemos consulta pública, que, ela chegou no começo de 2016, e soltamos a primeira vez a licitação.

E, em 2016 tivemos uma suspensão em agosto pelo Tribunal de Contas que nos apresentou uma série de recomendações, e trabalhamos em cima das recomendações, e soltamos nesse ano uma nova consulta pública, e que terminou em outubro, e que estamos na fase justamente de avaliar todas as 800 contribuições que vieram para podermos estabelecer os próximos passos. E a nossa intenção é que talvez até janeiro do ano seguinte, janeiro de 2018 possamos soltar novamente o edital de concessão do transporte intermunicipal de passageiros sobre a fiscalização da ARTESP.

Nesse ano agregamos mais um modal, e o primeiro contrato de concessões de aeroportos regionais do estado de São Paulo. E o vencedor foi o consórcio Voa São Paulo, que ofereceu uma outorga com ágio de 101%, e a outorga mínima era de 12 milhões e a proposta deles foi de 24,4 milhões de reais, e para um contrato de 30 anos, e onde os aeroportos vão receber um total de investimentos obrigatórios de pelo menos 93 milhões de reais.

E, os aeroportos envolvidos basicamente são de Bragança Paulista, Jundiaí, Campinas, Itanhaém e Ubatuba. Cada um dos aeroportos vai ter investimentos mínimos e obrigatórios ao longo dos 30 anos, e basicamente equipagem, melhoria das pistas,

sinalização, segurança, melhoria dos terminais de passageiros e o concessionário vai poder fazer exploração comercial das áreas dos aeroportos, então, é uma inovação do estado de São Paulo e um contrato único, é a primeira vez que nós colocamos uma concessão de aeroportos regionais e esse processo já se iniciou na agência, o contrato já foi assinado, e agora no dia 01 de novembro, a Voa São Paulo assumiu definitivamente a operação.

E, teve quase 90 dias de operação assistida entre DAESP e o concessionário, ele ainda era responsável pelos aeroportos, e a partir do dia 01 de novembro o Voa São Paulo assumiu integralmente a concessão desses aeroportos, e a gestão desses aeroportos, e a fiscalização é feita nas partes contratuais pela ARTESP, e toda a fiscalização operacional é feita através de um convênio com o próprio DAESP.

E dentro do modal rodoviário chegamos a 22 concessões de rodovias esse ano e com a nova etapa do programa de concessões, de 7,9 mil quilômetros de rodovias concedidas dentro dos 22 mil quilômetros que estão no estado de São Paulo, e hoje já temos 286 municípios atendidos pelo programa de concessões rodoviárias. E como comentei, esse ano chegamos na nova etapa de concessão em 2017, e essa quarta etapa de concessões totalmente inovadora, eu vou comentar um pouco mais sobre ela, e onde está inserida a 255, e vamos poder falar um pouquinho mais em detalhes, e basicamente nos dois novos contratos que já foram assinados esse ano representam a rodovia do centro oeste paulista, e a rodovia dos calçados.

Do início do programa de concessões até agora, são 174 bilhões em investimentos, tanto em obras, como operação e manutenção, e isso é o que o programa de concessão já gerou até o momento em valores atualizados, e então são 200 quilômetros de novas pistas, passarelas, duplicações, melhorias, pontes, viadutos, tudo que foi colocado à disposição e que fazem parte, como as obrigações contratuais obrigatórias de cada concessionário, e sendo realizado desde 1998 quando o programa começa.

E, além dos investimentos hoje conseguimos gerar dentro do programa de concessões quase 42 mil empregos diretos e indiretos que estão sendo gerados nesse momento dentro do programa de concessões rodoviárias, e já foi repassado aos municípios na forma de SS, 4,7 bilhões de reais ao longo desses anos.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ – PSDB – Eu quero anunciar a presença do nosso deputado Orlando Bolçone também, obrigado, deputado.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Dentro disso, que eu comentei da austeridade e da fiscalização da agência, desde 2014, começando em 2014 e se estendendo até agora, temos reforçado e modernizado e revisto os procedimentos de fiscalização, começamos em 2014 com o centro de controle operacional de informações da agência. E em 2015 ele começou a operar 24 horas por dia, sete dias por semana. E ele tem um trabalho de fiscalizar a todas as concessões rodoviárias, e agora nos próximos anos temos a intenção de ele também poder estar conectado na parte de aeroportos, e até do transporte intermunicipal de passageiros quando finalizarem o próximo processo de concessão.

E, ele monitora e recebe as imagens de todas as concessionárias, e fica acompanhando os equipamentos, a operação e pode intervir quando é necessário. E de 2016 e 2017 estamos intensificando toda a fiscalização e dando agilidade através de ferramentas eletrônicas, e então já foram cerca de 14 mil fiscalizações realizadas por tablets, e isso traz uma troca de informação muito mais ágil, mais rápida, e nós conseguimos rapidamente verificar a não conformidade, tomar as medidas necessárias, isso chegar para a agência para poder startar os processos sancionatórios de notificação e penalização quando é o caso ou alguma medida necessária conforme rege o contrato.

E, nesse ano começamos uma nova ação, um novo procedimento dentro da agência para reforçar as nossas fiscalizações, que é a “blitz olho vivo”, e então é uma ação coordenada com várias diretorias e várias áreas da agência onde pegamos um seguimento rodoviário e um trecho independente de concessionária às vezes, e é feita toda uma força tarefa para andar naquele trecho e verificar todos os não atendimentos conforme o prazo contratual, e já sair com as notificações dos processos sancionatórios com as eventuais penalidades para concessionárias.

E, então damos uma agilidade muito maior no processo sancionatório, e então é a inovação que temos colocado esse ano nos procedimentos de melhoria, e isso tem surtido bons resultados e já temos notado uma melhora nas concessionárias, e uma preocupação maior, principalmente com relação a conserva da rodovia. E dentro das ações da agência que estão começando em 2014, o primeiro prêmio foi na sequência, em 2015, e assim se seguiu, temos o prêmio concessionário do ano, e é uma forma de extrapolar o contrato e fazer com que as concessionárias trabalhem de forma na busca da melhoria, na busca da inovação.

E, esse ano fizemos o prêmio novamente, e dividido em várias categorias, de qualidade da rodovia, atendimento ao usuário, e aos investimentos, inovação, a perspectiva do usuário de uma melhora rodovia, a segurança viária, o relacionamento com a sociedade, e o vencedor nesse ano, como a concessionário do ano foi a CCR Via Oeste, ela recebeu o prêmio esse ano relativo aos trabalhos realizados em 2016, e aí os ganhadores com categoria, e então tivemos, por exemplo, a qualidade do usuário da Autoban, as Ecovias e Centrovias ganharam com inovação. E Renovias foi um dos vencedores. ViaRondon, ViaOeste novamente e Cart. Cada um na sua categoria.

Felizmente...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – ... Só registrando, eu falei que a Tietê que está na minha região não ganha nada, demonstrando a competência que tem, desculpe, Presidente.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – E o trabalho também da agência e das concessionárias nos restringe somente a parte de investimentos, de obras, de melhorias de conservação, mas também a parte do atendimento ao usuário. E um dos focos grandes é a redução de acidentes. E então temos índices que estão sendo atendidos ano a ano, e a melhoria ano a ano, e esse é um orgulho muito grande para a agência, e então pegando desde o início do programa de concessões até agora nós já conseguimos reduzir em 31% o índice de acidentes no programa de concessões, nas rodovias do programa de concessões.

E, tem 40% de índice de feridos, e já chegamos a 62% do índice de mortes em redução do programa de concessões rodoviárias. E são 22 milhões de atendimentos realizados pelas concessionárias aos usuários das rodovias. Não é só um investimento, mas um conjunto de ações, e nisso a agência desde o início de 2015 viemos reforçando muito o papel da agência junto a sociedade e com o usuário, principalmente na conscientização e na mobilização, na educação ao trânsito e então são campanhas constantes para melhorar o relacionamento do usuário com a nossa rodovia, com o nosso modal.

E, começamos em 2015 com a campanha de utilização do cinto de segurança, e já notamos uma melhoria e um número maior de pessoas utilizando o cinto de segurança, principalmente no banco de trás, que foi o que detectamos em 2014, que,

mais de 50% das pessoas que andavam nas rodovias não utilizavam o cinto de segurança no banco traseiro.

E, em 2015 também lançamos um simulador de impacto que já percorreu mais de 60 municípios, mais de 30 mil pessoas já passaram por esse simulador, e ele simula justamente o impacto a cinco quilômetros por hora e com a pessoa de cinto de segurança para conscientizar da importância do cinto, e isso está à disposição da agência, e se algum deputado tiver o interesse de levar para alguma região ou alguma prefeitura, alguns vereadores, é um trabalho que a ARTESP vem fazendo com parcerias para poder conscientizar e estar sempre à disposição, e isso é importante para nós.

E, em 2016 com uma parceria com o estúdio Maurício de Souza nós lançamos gibis da Turma da Mônica, histórias feitas especificamente feitas pelo estúdio do Maurício de Souza Produções, com o foco na segurança viária. E o intuito grande é conscientizar os futuros motoristas, eles podem ser fomentadores inclusive dentro da família como agentes fiscalizadores, cobrando os pais sobre o uso do cinto para se respeitar as travessias, tudo relacionado a segurança rodoviária conseguimos colocar dentro de uma história produzida pelo Maurício de Souza Produções.

E, os gibis são disponibilizados gratuitamente, e estão disponíveis de forma eletrônica no site da agência também, e fazemos um trabalho contínuo de distribuição e conscientização dos nossos futuros motoristas. E em 2017 uma parceria com o programa de segurança do estado de São Paulo e o movimento paulista de segurança lançamos a campanha “Foca na Rodovia” que é para manter o usuário focado na direção, na condução do veículo e não nas distrações, celulares, e outros usos para melhorarmos a segurança.

Então, é uma campanha que tem surtido bastante efeito, e foquinha pegou moda, nas redes sociais temos colocado a hashtag Foca na Rodovia, que tem surtido um efeito bem interessante. E em 2017, nesse ano, lançamos o Rodo Virtua, que tem sido um sucesso muito grande e já 20 mil pessoas participaram, e já chegamos a 26 municípios, e que é utilizando as novas tecnologias e aqui, no caso os óculos de realidade virtual e são vídeos de 360 graus, onde a pessoa sente alguns temas que são colocados, a sensação que é, por exemplo, dirigir alcoolizado, que é um dos temas que colocamos, para ela perceber essa sensação e cada vez conscientizarmos mais as pessoas.

E nesse intuito também de aproximar da sociedade e levar cada vez mais o papel da agência, não somente como agentes fiscalizadores reguladores, mas a qualidade do serviço ao usuário, e criamos o “ARTESP informa”, isso veio muito da possibilidade do

centro de controle de informações estar monitorando 24 horas por dia as concessionárias, através da sede da agência, e então dentro da agência hoje criamos o “ARTESP informa”, que é criar notícias que são vinculadas nas redes sociais, e colocadas à disposição no site da agência, que, é o do “ARTESP informa”, e que é o planejesuaviagem.sp.gov.br.

São boletins de áudio, e também esses boletins são gerados em forma de texto nas redes sociais, por exemplo, como o Twitter, e então o usuário começa a receber em tempo real informações da rodovia. E campanhas que estamos realizando, e então é a conscientização do trânsito, educação, interdições, obras que estão sendo realizadas, e então é um trabalho importante da agência para a sociedade e focado em nosso usuário para a prestação de informações do que acontece na rodovia. E aqui uma vez funciona o áudio, tem o áudio passando de um boletim para que todos tenham o conhecimento.

* * *

- É executado áudio.

* * *

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – E com isso conseguimos novamente estar destacados na pesquisa da CNT, saiu esse ano, na verdade, esse mês a pesquisa de 2017, e das melhores rodovias do país, e as 18 primeiras estão dentro do programa de concessões rodoviárias, novamente, estamos lá entre as melhores rodovias do país. E as únicas rodovias classificadas como ótimas pela pesquisa novamente são do programa de concessões rodoviárias do estado de São Paulo.

E, esse ano a Dutra que é uma concessão federal, mas que está dentro do nosso estado conseguiu a 19ª posição, e a 20ª é uma concessão do Sul, que já estava entre as 20 melhores do ano passado. Mas o estado sempre colocando toda essa inovação dentro do programa e de excelência do programa para dar esse resultado. E vou passar rapidamente algumas obras importantes que fizemos e entregamos a partir do programa de concessões nos últimos dois anos de 2015 para cá, e então em dezembro de 2015 a SP 83, e o anel viário de Campinas foi entregue, uma obra de 183 milhões, e foi a fase dele que compreende justamente a Anhanguera até a Bandeirantes.

E, no dia de hoje, ia comentar sobre as obras que estão sendo entregues, hoje, o governador esteve nesse mesmo local iniciando a fase dois, e então hoje começamos da Bandeirantes e a continuidade do Anel Viário, a obra está começando no dia de hoje e ele vai começar e vai chegando até a SP 35 na Santos Dummont. E na SP 147 e também o contorno de Piracicaba na região de Mogi Mirim e na região de Piracicaba, e nós fizemos duas obras importantes, dois contornos, o de Mogi e de Piracicaba.

E, obra de 70 milhões e uma obra de 94 milhões sendo entregues em 2016, um fevereiro e outra em julho. E outra na SP 147, na região de Mogi Mirim e Engenheiro Coelho uma duplicação importante, um investimento de quase 75 milhões sendo entregues no ano passado em novembro, e em janeiro desse ano entregamos também a duplicação lá em São Carlos na SP 318. E uma das últimas obras sendo entregues pelas autovias.

E a rodovia dos Tamoios foi uma entregue bastante importante e que foi a iluminação do trecho de Serra atual, e então o trecho de serra está todo iluminado e foi em fevereiro de 2017, uma obra importante, e um trecho que conseguimos duplicar a duplicação da serra para a melhoria dos usuários que se locomovem naquele trecho, e o interessante é que com a iluminação conseguimos uma distribuição melhor dos veículos, e então a tendência do usuário é de utilizar mais a rodovia à noite, porque agora ela tem uma condição de trafegabilidade bem melhor.

E iluminação a LED, que ficou muito boa, que passou e já pode se observar essa iluminação e se sente uma grande diferença. E duplicação da 127 da SP300, da rodovia do açúcar feita pela concessionária Colinas lá em Porto Feliz, Tietê, Cerquilha, e foi entregue em abril de 2017, uma obra importante na região, trazendo melhorias, desenvolvimento, e a rodovia Raposo Tavares, o contorno de São Roque, que foi entregue em junho de 2017 e conseguimos tirar a Raposo Tavares do centro de São Roque, uma obra que trouxe uma melhoria bastante grande na região.

E é uma obra importante de 23 milhões sendo investidos, e a SP225, uma duplicação muito solicitada na região da concessionária Cart. Ficamos em cima, pressionamos, cobramos e foi um trabalho muito grande da equipe de fiscalização da agência garantir que essa obra fosse entregue e a concessionária teve problemas durante a execução e nós não arredamos o pé e notificamos e multamos e a obra foi entregue.

E 212 milhões de investimentos entregues em outubro desse ano. E na SP345 essa praticamente é uma última obra da concessionária autovias, que agora o contrato dela se encerra e já vai sair a transferência da concessionária, a nova da Via Paulista, e

foi a duplicação na região de Itirapuã, de quase dez quilômetros também entregues em outubro de 2017.

E a Via Anhanguera, entrega do complexo de Jundiá, uma obra muito importante, muito grande na região e que vai trazer toda uma mobilidade melhorada, marginais, conexão com o terminal rodoviário, e uma obra de 107 milhões e que foi entregue agora em novembro de 2017 a primeira fase. E a segunda fase que é o Viaduto das Valquírias e a entrega está prevista para junho de 2018, e estamos trabalhando com a concessionária para ver se conseguimos antecipar essa obra. E a rodovia dos Bandeirantes também, as quartas faixas, fizemos três entregas de quartas faixas, e continuamos ainda com obras de quartas faixas.

São obras importantes e que são uma das coisas que às vezes nós não divulgamos da forma correta, mas é uma das coisas que o projeto de concessões principalmente as etapas até agora tem, que são as etapas e ampliações por capacidade de serviço o que foi atingido e uma obrigação contratual, e um investimento feito pela concessionária de 32 milhões, quase 33 milhões nesses casos, e a entrega, o último caso e etapa foi em novembro de 2017, e que foi o trecho da Bandeirantes na região de Campinas.

E, também nesse mês foi a terceira faixa da Padre Manoel de Nobrega que é uma obra contratual, e que foi entregue nesse mês e com investimento significativo na região da Baixada lá em São Vicente, de quase cem milhões de reais. E o que temos em andamento e em algumas obras importantes ainda a serem entregues? Então temos Avaré, uma duplicação importante no trecho de Avaré, na sua região urbana, e que está sendo entregue agora no próximo mês, encerramos essa entrega. E o prolongamento da Carvalho Pinto, para março de 2018, uma obra extremamente importante, uma obra grande, e que vai fazer a conexão da Carvalho Pinto até a Osvaldo Cruz, entrega em março de 2018 e talvez uma possibilidade grande de emancipação se as chuvas assim permitirem, e mais uma duplicação na SP127 na região de Rui das Pedras, no Tietê.

Uma implantação de viaduto importante, e o que mais temos? Marginais da Dom Pedro, uma obra complexa, grande, previsão de que ela esteja 100% entregue em dezembro de 2018, ela tem uma série de intervenções, tem trevos da galeria, trevos dos amarais, então em todas as etapas tem que se fazer entregas parciais, o que é importante para que concluamos essa obra até o final do ano que vem.

E, outra que eu acho que é importante destacar dessas obras é a SP5150, a marginal norte, a última obra da relação de São Bernardo e uma das últimas obras

contratuais das Ecovias também agora sendo entregues, e o Presidente avisou aqui sobre o meu tempo. Então eu vou passar já para a próxima relação, mas a apresentação fica à disposição para a Comissão e logicamente que qualquer deputado a qualquer momento pode solicitar para a agência as informações de como estão as obras.

Bom, o novo programa de concessões, “São Paulo Segue em Frente”, lançado em 2015, envolveu quatro concessões e foi lançado pelo governador Geraldo Alckmin, e em uma nova etapa de concessões. Basicamente isso contemplou a rodovia do centro oeste paulista, a rodovia dos calçados, e ambos eu vou comentar com um pouco mais de detalhes depois, que já estão com os contratos assinados e a empresa já está iniciando a operação. O rodoanel norte com licitação, e a rodovia do litoral paulista ainda que ainda está em estudos.

E, o que encontramos que eu acho que é importante esse novo momento, essa quarta etapa, um cenário do país com uma série de problemas e problemas de redes de créditos do país e desvalorização cambial, cenário político e institucional, restrições orçamentárias, fiscais, e queda do PIB, um cenário bem complicado em 2015, e a ideia do estado de São Paulo e da agência foi a de buscar novos players, e os escândalos com as empresas, com os construtores e então precisávamos buscar outras empresas para se poder investir no estado, e trazer um capital mais barato, mais em conta, e que está disponível, principalmente fora do país.

E, aprimorar a regulação e ir trazendo a segurança jurídica que é sempre comentada e muito importante, e aí trouxemos um novo modelo que prevê uma série de inovações, o primeiro é o marketing sounding, e que fomos escutar o mercado e quais são as barreiras e restrições e tentar trazer um contrato o mais claro e o mais transparente o possível. E quais eram as preocupações de quem poderia investir dentro do estado de São Paulo? Existia alguma barreira? O que poderíamos fazer para ampliar a participação de empresas?

Como é que poderíamos ampliar o capital estrangeiro, investimentos estrangeiros e novas empresas, novos players, e escutamos o mercado, e procuramos adaptar isso em minutas, editais e contratos. E com isso, uma das coisas que veio desse data room, dessa data sounding foi a criação de um data room aonde procuramos trazer toda a transparência possível para o processo, todos os documentos foram disponibilizados na língua portuguesa e inglesa.

E, nós colocamos inclusive os documentos não vinculantes ao edital para dar o máximo de informação possível, e todos os estudos foram colocados à disposição, todas

as creditações e validações de empresas qualificadas foram colocados à disposição. E das rodovias que foram relicitadas dos contratos das autovias de vias norte que passaram por um processo de relicitação nessa nova etapa e todos os dados de tráfego, de informações, concessionárias foram colocadas à disposição dos quase 20 anos de concessão.

E, tudo para estar em total transparência por qualquer player poder entender e olhar, fazer os estudos e apresentar a sua proposta. Parceria com a IFC, um órgão ligado ao banco mundial de fomento e que através de empresas com reconhecimento mundial eu consigo trazer um selo de qualidade para o projeto e acreditar os nossos estudos, fazer um processo de acreditação dos nossos estudos para mostrar que o projeto do estado de São Paulo era um projeto de classe mundial, é um projeto que poderia ser comparado com qualquer projeto de qualquer país e que pudesse se ter na área rodoviária.

E, isso nós acreditamos que se conseguiu pelos resultados que eu vou demonstrar. E procuramos abrir a participação e reduzindo as restrições com relação os testes de capacitação técnica e a intensão aqui era a de trazer empresas com capacidade de investimento e que conseguissem entregar os serviços necessários, e então, por exemplo, os atestados de capacitação construtivas utilizamos uma subcontratação qualificada, e que tem que ter a atestação é a empresa que constrói e não o concessionário.

Aqui a preocupação é das empresas que pudessem operar corretamente e pudessem fazer o investimento corretamente, e revisões ordinárias contratuais e indo pelos deputados, estamos recebendo constantemente e temos tentado atender da melhor forma possível dentro das limitações dos contratos atuais e os novos tratam de forma diferente a inclusão de obras, então, a cada quatro anos, nós sentamos com a sociedade e discutimos o contrato, vimos a possibilidade de novos investimentos e pudemos incluir no contrato, a cada quatro anos isso acontece com uma ampla discussão e audiências públicas, um processo de total transparência para que novos investimentos possam ser adequados e incluídos de forma contratualmente adequada e descrita, com regras claras.

E o acordo tripartite, é uma inovação também que trazemos e que é para se trazer o financiador sênior dentro do processo e ele ter clareza do que está acontecendo na concessão, e qualquer problema com o concessionário nós temos mecanismos adicionais onde o financiador pode até tomar o controle provisório da concessionária e que restabelece as condições econômicas e acompanhar o que está acontecendo e para

nós termos o contrato funcionando de uma forma mais adequada possível para atender ao interesse público e ao usuário.

Mecanismos de proteção cambial, uma das coisas que escutamos bastante no market sound é de que se eu quero trazer capital estrangeiro e financiamento estrangeiro eu preciso lidar com o câmbio, e fomos inovadores com isso no país e nunca tinha um contrato de concessão ou um mecanismo de proteção cambial. E isso foi feito em cima do processo de outorga variado, e o concessionário ou o licitante que fizesse o financiamento em moeda estrangeira e poderia utilizar os 3% de outorga variável para ser compensando ou a favor do poder concedente ou a favor do concessionário de possíveis valorizações ou desvalorizações do câmbio. E dependendo da situação ele pagaria 0% de outorga para uma compensação do lado do concessionário, ou ele pode pagar até 6% para ele ter ganhos e ter a compensação do lado do estado.

E, isso foi importante e até copiado pelo governo federal em um modelo muito similar agora nos aeroportos. E inovações operacionais e tarifárias dentro do modelo, exemplo, o sistema de informação de redes sem fio, o futuro. Os call box entendemos que são uma tecnologia ultrapassada e temos um problema de vandalismo muito grande, e então é a responsabilidade do concessionário com uma rede sem fio e de 100% da concessão que vai ser implantado pelo concessionário.

E, o usuário se relaciona com o concessionário de uma forma melhor e consegue acionar o atendimento mecânico, o atendimento médico, consegue ter informações da rodovia. E os sistemas de monitoramento por imagem e melhorias da segurança viária e da segurança pública com integração a ferramenta detecta do estado de São Paulo, e então o concessionário vai passar informações do que está acontecendo na rodovia e 100% de cobertura e todas as câmeras com detecção automática de eventos e incidentes para agilizarmos o trabalho de monitoramento.

E, a pesagem e o movimento, melhor serviço para os caminhoneiros, melhor segurança para não criar os cabos de fila na concessão e então um caminhão com excesso de peso passa na rodovia e a detecção sempre está pode se ter uma suspeita do sobrepeso que é feita no leito da rodovia e na velocidade da rodovia, e isso é direcionado para as balanças, dos caminhões que estão com suspeita de sobrepeso.

Áreas de descanso para atender os leitos de caminhoneiros e os contratos novos todos estão previstos com duas áreas mínimas para cada concessionária a serem implantadas com outros atendimentos básicos ao caminhoneiro e todos gratuitos. E o sistema ponto a ponto já previsto no contrato que pode ser implantado pelo

concessionário ou pelo poder concedente, isso facilita a nossa expansão nessa modelagem agora já dentro de uma regra contratual.

E, com isso também evoluímos criando um modelo de tarifas flexíveis de pedágio e que é dotada em outros países e que é a possibilidade o concessionário praticar preços menores em horários diferenciados e em tipos de veículos, em dias da semana, para influenciar a rodovia, exemplo: se eu tenho uma rodovia ociosa à noite, por que não incentivar uma tarifa menor a noite para, por exemplo, caminhões trafegarem e você segregam melhor o tráfego e dar um melhor serviço para todos os usuários, é um exemplo de aplicação e que o concessionário pode aplicar dentro do contrato.

Cobrança eletrônica com valores menores, e nos novos contratos, nessa nova etapa há cobranças eletrônicas para o usuário a 5% de desconto na hora da passagem, não importa o valor da tarifa, e passou e quando a cobrança eletrônica passa 5% a menos o mínimo obrigatório em qualquer condição de cobrança que o concessionário venha a colocar. E outra mudança importante é a remuneração da concessionária e atendeu indicadores de desempenho, entregou as obras no prazo correto e ela tem 100% do reajuste tarifário baseado no IPCA, e não atendeu, ela vai ter um corte desse reajuste e não recebe uma parte do reajuste tarifário.

Esse corte pode chegar a até 10% do que ela tem direito, e isso conseguimos reverter em melhorias dentro da própria rodovia, e a ideia é que o usuário por qualquer não atendimento de indicadores ou até por atraso de execução de obras consigamos sempre reverter isso para o usuário, e isso pode gerar a possibilidade de novos investimentos sem nenhum ônus adicional.

E o resultado veio de duas concessões, o meu tempo está acabando, então eu vou dar uma acelerada, mas depois eu posso passar para qualquer pergunta, e primeiro é a centro oeste paulista, e que tem 570 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de duplicações como obrigatório do concessionário e 3,9 milhões, e aqui uma coisa importante, no trecho norte dessa concessão que hoje está sob o contrato da via norte e quando o novo concessionário assumir teremos uma redução na transferência média de 19% da tarifa dos pedágios atualmente existentes na via norte, e isso tem a possibilidade de um novo contrato e já está previsto.

E, ele implanta, e ele começa a operar no trecho sul que hoje é operado pelo DR. As audiências públicas realizadas, consultas públicas realizadas apresentando todo o rito legal e edital publicado, sessão pública realizada na B3 e o resultado veio com um ágio

de 131% e a outorga mínima em duas parcelas e sendo a primeira de quase 400 milhões, e veio pela primeira vez um fundo de investimento participando de uma concessão e então conseguimos ter a abertura de um mercado e um novo player, e dentro do programa de concessões com o fundo de investimentos e o fundo pátria.

E, com uma outorga de 917 milhões do próprio fundo para portar como outorga, e ele vai pagar mais a segunda parcela do ágio quando receber o trecho da via norte mais ou menos em março do ano que vem. E a concessionária já está operando, e iniciou a sua operação em julho e vai gerar 1.100 novos empregos e vai atender 30 municípios, a concessionária agora entrevias, e essa pega agora a região principalmente e já está operando na SP333. A rodovia dos calçados e onde pega a 255 e também é o mesmo processo e vai ter o mesmo conceito no trecho das autovias aqui e a redução de 21% em média das tarifas quando ele assumiu o trecho das autovias em dezembro de 18, e já começou a operar na SP255, e aqui foi um ágio histórico com um percentual de 438% e com 1,2 bilhão de outorgas na primeira parcela que é revertido para os usuários.

Então investimentos que o estado de São Paulo e que a sociedade vai receber, e já está operando, 2.800 empregos, 35 municípios do interior paulista já começaram a atuar no trecho. E para finalizar a apresentação comentar rapidamente que o rodoanel norte, estação publicada e previsão de recebimento das propostas na bolsa de valores, agora a B3 em 10 de janeiro. A entrega da concessão vai ser feita pela (ininteligível). Está em obras e o ritmo está indo muito bem, e a ideia é que incentive a entrega e o concessionário possa consumir em duas etapas.

A primeira etapa é a Raimundo Pereira de Magalhães que é do rodoanel oeste e até Fernão Dias, e essa previsão é até março e abril, e no segundo semestre de 2018 completa o trecho concessionário e começa a operar. E lançamos também uma concessão inédita de serviços de postos no rodoanel, e fizemos uma audiência pública recentemente no finalzinho do mês passado e a nossa pretensão nessa consulta pública e ainda talvez agora em dezembro e no começo do ano que vem que é um modelo novo para que um concessionário possa expor e levar serviço de qualidade, regulamentados pelo estado e dentro do rodoanel que é um pleito muito grande da sociedade.

E, estamos em estudos e na rodovia do litoral que basicamente pega Praia Grande e até Peruíbe, e depois de Peruíbe e Miracatu, esse é o escopo de estudo, e um pedaço do litoral norte da SP255, e Mogi e Bertiooga. E ainda estão nos estudos e não concluímos os estudos, e de qualquer forma esses estudos passam ainda por audiência

pública e consulta pública e estamos com a expectativa de que até o início de 2018 possamos anunciar uma audiência pública e poder passar os detalhes.

E, por enquanto é uma previsão de investimento na ordem de três bilhões, mas como eu falei ainda em estudos para viabilizar o modelo. Então, era isso Presidente que eu queria passar, e sobre a prestação de contas pelo menos dessa gestão dos últimos anos da frente da agência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Eu queria comunicar aos senhores deputados que o Giovanni disponibilizará a apresentação para essa Comissão e repassaremos a todos os deputados. E eu quero também aqui anunciar a presença dos vereadores de Igarapu e Tietê, vereador e Dr. Aparecido Pena Júnior, e Fernando Luiz de Almeida, Geraldo Alves de Oliveira Filho. E os vereadores de Taquaritiba, Eder Mirano e Maurício Pascucci. Obrigado pela presença e sejam bem-vindos.

Bom, temos aqui inscritos três deputados, o Roberto Moraes, Chico Sardelli e Carlão Pignatari. O Roberto abriu mão, o Chico Sardelli? Com a palavra, o deputado Chico Sardelli, lembrando que o senhor tem até dez minutos para poder expor a sua colocação.

O SR. CHICO SARDELLI – PV – Só dez? Eu acho pouco. Bom, vou saudar o Presidente desta Comissão o João Camez, em nome dele eu vou saudar a todos os nossos pares e deputados, eu vou saudar ao vereador Fábio e a vereadora Ivanir... Vivian? Em nome de vocês dois saudar aos vereadores aqui presentes hoje, sejam bem-vindos de todas as cidades. E eu gostaria de dizer primeiro aos membros dessa Comissão que escolhido fui para fazer parte do Conselho Consultivo da ARTESP, eu e o deputado Edmir Chedid, e lá temos cumprido com a nossa missão e percebido o bom trabalho, enfim, tudo que é feito pela ARTESP sobre a testemunha presencial de tudo isso que tem acontecido.

E, Dr. Giovanni, eu queria me reportar a uma audiência pública realizada na semana passada nessa Casa, e que diz respeito ao famoso bairro dos Lopes, lá na cidade de Limeira, assunto esse que confesso ao senhor que nos sensibilizou e nos chocou novamente esse assunto e foram 21 vidas perdidas nessa região, e essa audiência pública foi agendada por mim, pela deputada Marcia Lia, e pelo deputado Celso Nascimento.

E, tivemos a certeza absoluta de que é impossível ou se fecha de vez a passagem em nível que ali se tem e que já causaram 21 mortes aproximadamente e nesse sentido pessoas alijadas da vida hoje em uma cadeira de rodas e enfim, com muitos problemas pela frente porque é um absurdo não se atender. Eu vi aqui milhões de investimentos para lá e para cá, muito bem-feitos, eu não quero nem questionar nesse momento que outros poderão fazer, mas eu entendo que é tão ínfima a pedida desse povo desse bairro dos Lopes da cidade de Limeira que tem e que foram cortados pela rodovia Anhanguera, e de um lado ficaram as moradias e do outro lado ficaram os serviços, os postos médicos, escolas, transportes, mercados, enfim, e eles tem que passar por essa rodovia.

Muito bem. O contrato de concessão prevê um número X de pessoas que são 80 por hora para poder se ter uma parcela, mas esse mesmo contrato falando com o coronel e falando com o senhor e lendo também a respeito e ele diz que até 80 pessoas por hora ou aonde se fizer necessário caso apresente risco as pessoas que por ali transitam, então, Dr. Giovanni, eu queria me ater a esse local de risco e não podemos fazer mais vistas grossas a esse problema que tem ceifado vidas e foram 21 no último tivemos a oportunidade de estar com o coronel que acompanha essa reunião, que foi o Júlio César, que era o líder do movimento, e que, por ironia do destino perdeu sua vida atropelado em uma noite quando retornava do seu trabalho.

Então, eu pediria encarecidamente que, por favor, eu acho que tudo bem, vivemos em um regime capitalista e o lucro é importante, mas também a segurança das pessoas, a segurança das famílias que usam esse pedaço da rodovia com a autorização da rodovia, porque ali tem uma passagem de nível, e então subentende-se que a ARTESP entende que ali passam pessoas. E por isso está aberto ali, e do jeito que está é um risco, teremos outras vidas perdidas ali e se nada for feito o mais rápido possível.

Eu pediria, era essa a minha colocação, era essa a minha fala, e os técnicos da ARTESP. O próprio Mauriti lá esteve nessa audiência, acompanhou e também esqueci de citar em um pedido de audiência pública ao deputado João Caraméz que também participa desse nosso pedido e dessa nossa luta por essa passarela. Eu espero que se tenha o bom senso de poder fazer esse atendimento para que medidas mais drásticas tenham que ser tomadas no que tange a essa questão.

A segunda questão rapidinho eu não vou hoje, mas eu vou começar a querer a discutir e já conversei com alguns deputados da Casa também a respeito da questão contratual daqueles aparelhos eletrônicos os TAGs efetivamente o funcionamento qual é

o retorno que o estado tem isso e se é que tem algum retorno através dessa bem feitoria ou se são só empresas que efetivamente tem os recursos e o retorno deles financeiros, mas teremos uma oportunidade e o Presidente João Caraméz também, de podermos discutir mais amplamente nessa Comissão para podermos entender um pouquinho e depois levarmos a ARTESP ou as próprias empresas concessionárias.

Presidente, era isso.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Obrigado, deputado. Deputado Roberto Moraes realmente retornou com a vontade de fazer algumas perguntas...

O SR. ROBERTO MORAIS – PPS – Obrigado, Presidente, são duas perguntas bem rápidas, e cumprimentando o Dr. Giovanni e toda a equipe da ARTESP que está aqui e inclusive o meu querido Delcinho Nunes, jornalista com quem trabalhamos aqui em São Paulo. E são duas questões pontuais da minha região, primeiro o sonho de antecipação da rodovia do açúcar a SP308 que está sendo feita infelizmente e foi a concessionária do Tietê e para mim é a pior concessionária do estado e que ganhou aquela concessão e aquele trecho entre Capivari e Salto.

Eu sei que os estudos estão adiantados para antecipar essa obra. E a outra questão é o sonhado acesso da Esalq. A alça da Esalq que fica ao lado do nosso rodoanel de nove quilômetros que sai do entroncamento da Luiz de Queiroz e rodovia do açúcar e passa pelo Rio Piracicaba e pela Piracicaba Limeira e pela Piracicaba Rio Claro. Ao todo, nove quilômetros que foram entregues em junho do ano passado, são apenas dois pontos da nossa região, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Obrigado, deputado. Eu quero aqui também anunciar a presença do vereador de Monte Mor, Vanderlei Soares, obrigado e seja bem-vindo, eu passo a palavra agora ao deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER – PT - Eu quero inicialmente cumprimentar ao Dr. Giovanni e sua equipe, e informar que pelas minhas anotações temos aqui 12 vereadores...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ – PSDB – ... Deputado, desculpa, lembrando que o senhor tem cinco minutos...

O SR. CARLOS NEDER – PT - ... Vereadores e vereadoras presentes, três de Igarapé do Tietê, dois de Barra Bonita, e três de Jaú, um de Avaré, dois de Taquarituba e um de Monte Mor. Eu não vou nomina-los exatamente em função do tempo de que disponho e além disso, também estão presentes o Márcio Almeida, que é da Pastoral Rodoviária de Jaú, e é do movimento PX, Luiz Antônio Pinto, que, é da Mitra Diocesana de São Carlos. Susana Américo, do Conselho Municipal de Segurança Pública de Jaú, e o Rodrigo de Paula que é da liga do bem e de entidades associadas de Jaú, e é importante que a Assembleia Legislativa tenha a participação dos vereadores e vereadoras.

Isso reflete o trabalho da Frente Parlamentar pela duplicação da rodovia SP255, e eu listei sete questões rapidamente, primeiramente eu envio a todos os deputados e entidades interessadas a apresentação feita, e em segundo lugar nós entendemos que o Dr. Giovanni tem grande responsabilidade e tem uma carga de trabalho enorme, e a julgar pela apresentação aqui feita.

E, em vários momentos pedimos nas reuniões da Frente Parlamentar a presença da ARTESP, e entendemos a ausência de V. S^{a.}, entretanto, nenhum representante foi encaminhado, eu gostaria de reiterar aqui a importância de que apresentações desse tipo e as informações aqui correspondentes as rodovias sejam levadas a essas reuniões onde mais de 30 deputados compõem essa Frente Parlamentar pela duplicação e normalização da SP255.

E, acho que também poderíamos intensificar mais o diálogo, tanto da ARTESP como das empresas concessionárias com os prefeitos e câmaras municipais. E vejam que mesmo em uma reunião como essa em que aparentemente não haverá a possibilidade de que os vereadores se pronunciem, que é uma pena, e inclusive eu retirei um requerimento de minha autoria em um acordo que fizemos aqui para que pudessemos ouvi-lo e dialogar com V. S^{a.} e nós precisamos aumentar o diálogo também com o poder local.

E o que incluía os prefeitos e câmaras municipais além de outras lideranças. E a CCR SPVias tem feito um bom trabalho conosco e já a ARTERIS começou mal porque em duas reuniões que fizemos a ARTERIS não compareceu, diferentemente da SPVias e uma questão que eu gostaria de colocar é o seguinte, que está sendo feita a

documentação do trecho urbano de Avaré, mas a SPVias poderia ter uma intervenção mais abrangente no trecho que vai de Castelo Branco até Raposo Tavares.

E, se está previsto algum termo aditivo no contrato com a SPVias e de tal maneira que não nos limitemos aqueles sete ou oito quilômetros do trecho urbano de Avaré, e que ela possa ter uma intervenção que vai do Castelo Branco até a Raposo Tavares que é de responsabilidade da SPVias, e em relação a ARTERIS que agora compõe a via Paulista, nós gostaríamos que V. S^a. intercedesse junto a concessionária para que nesse novo formato de concessão que foi aqui apresentado ela possa esclarecer os cidadãos sobre o que está previsto no plano de intervenção inicial e imediato e o que está previsto a médio e longo prazo com a instalação das praças de pedágio.

E, por fim, nós faremos uma nova reunião da Frente Parlamentar no dia 22 de janeiro em Barra Bonita, na câmara municipal e eu gostaria de estender o convite a todos os deputados que compõe a Comissão de Transportes na Assembleia Legislativa, alguns deles inclusive fazem parte da Frente Parlamentar, mas entendemos como muito importante a participação da ARTERIS, e também da ARTESP nessa reunião que é uma sexta-feira, dia 22 de janeiro às 19 horas na câmara municipal, e faço aqui um apelo ao Presidente para que pelo menos um ou outro representante dos municípios aqui que são seis presentes possam dizer das suas apreensões em relação a SP255.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT- Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – A seguir a palavra estará com o deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Pessoal, eu estou pedindo pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Pela ordem, José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT – Eu queria saber se o regimento se eu posso... Se eu tenho dez minutos por ser membro da Comissão, se eu posso...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – ... Lógico.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT – Eu queria depois passar mais cinco minutos do meu tempo para o Carlos Neder.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Deputado Carlos Neder?

O SR. - Presidente, mas por uma questão de encaminhamento, eu acho que as perguntas ficam muito distantes. Eu preferia que o diretor respondesse e depois retornássemos.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Não, vamos fazer todas as perguntas e depois ele responde, fica mais fácil.

O SR. - Eu quero desenvolver um raciocínio.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Tudo bem, o senhor desenvolve no seu tempo, pode desenvolver.

O SR. - Então eu gostaria primeiro, vou no meu tempo...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – ... Cinco minutos?

O SR. - Eu vou gastar apenas dez segundos para que o diretor possa falar sobre ter o conhecimento da realidade da SP310, do trecho Cedral até Mirassol, um engarrafamento que virou aquilo ali e que tem decisões na justiça e contestação do estado e eu gostaria que o senhor falasse a respeito daquele tema. E depois eu desenvolvo as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Deputado, o senhor me desculpa, faça as suas questões, já fez, essa é uma. Faça as demais e depois ele responde todas.

O SR. - As demais...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – ... Por que o senhor será o único privilegiado aqui?

O SR. - Privilegiado?

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Privilegiado.

O SR. – Por que o senhor trata a democracia como privilégio?

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Espera um pouco, é o nosso regimento. O senhor faça as suas questões dentro do seu prazo de cinco minutos.

O SR. - Mas eu estou no regimento Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – É regimental, o senhor não sabia?

O SR. - Então, cinco minutos eu tenho, não é?

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Cinco minutos.

O SR. - Gastei 15 segundos e ele responde. E depois eu faço de novo.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Está bom.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Sim, tenho conhecimento deputado.

O SR. - E o que o senhor tem que a ARTESP tem a dizer sobre aquela demanda?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – O que foi comentado e que eu tenho, se quiser eu comentei com o Presidente aqui para explorarmos o tema e para mim não há problema algum, e como apresentado na defesa do próprio estado e é um trecho que faz parte do contrato de rescisão da Triângulo do Sol, e entre Cedral e Mirassol.

Naquele trecho a concessionária praticamente já concluiu todas as obras que são contratuais dentro do contrato de concessão, é um contrato que vence agora e a previsão de término dele é em 2021, em junho de 2021 e esse contrato e a única obra da região que pega a SP310 que ainda está em andamento pela concessionária é o recapeamento completo e a intervenção de pavimento que está em execução.

E algo em torno de 58% e com previsão de término agora em junho de 2018, e ela termina a recuperação de 100% daquele pavimento e temos cobrado uma concessionária que deu um pouco de dor de cabeça com relação a parte de pavimento e temos ficado em cima porque também pega esse trecho, e com relação ao trecho em si e a ampliação de capacidade, e conforme consta no contrato, as ampliações de capacidade são um gatilho contratual de responsabilidade do concessionário quando se atinge 70 horas em nível de IF, baseados no modelo internacional e reconhecido mundialmente que é o HCM, e o Highway Capacity Manual, basicamente, E e F é quando você tem restrições. O F é o congestionamento e o E são aquelas ondas de pare e siga, que você anda, tem que frear o carro, reaccelera, isso é (ininteligível). Então se ele tiver 50 horas nos últimos dois meses disparamos automaticamente a ampliação de capacidade.

E, infelizmente isso não acontece nesse trecho, e mesmo assim, por determinação do poder concedente iniciamos os estudos na região, e então a agência autorizou que a concessionária fizesse estudos completos de um projeto para a melhoria da região. E é esse projeto que vem sendo desenvolvido, e esse projeto contempla uma série de intervenções, marginais, terceiras faixas, remodelações de viadutos, mexidas a responsabilidade da prefeitura e do viário municipal também para adequar o projeto, e é um projeto que ainda não finalizamos, a previsão de finalizar esse projeto a parte funcional dele é agora no final deste mês, deste ano.

E, ano que vem começamos a execução do projeto executivo e do orçamento, não é uma obra contratual, e então só consigo discutir uma eventual conclusão no contrato depois de projetos executivos e orçamento totalmente finalizado, senão não tem como ter uma aprovação jurídica para isso, mas a agência vai trabalhar para se ter esses estudos, e isso não está paralisado.

E, enquanto isso continuamos a monitorar, porque se atingir dentro do contrato os níveis E e F das 50 horas são parados os gatilhos contratados normalmente, e recentemente tivemos uma ação do Ministério Público e fizemos a nossa defesa e alegamos exatamente isso que eu comentei e estamos aguardando exatamente a decisão

de justiça que entrou um efeito suspensivo, e então aguardamos para ver o que a justiça define sobre esse caso também para ver a orientação dentro do estado e da agência.

O SR. - Tudo que V. Exa. se refere e o governador esteve recentemente em Rio Preto e falou sobre ele, e disse que ele iria entregar em breve. Falou em dezembro, e isso vai se confirmar?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Então, a nossa pretensão é que o projeto funcional esteja totalmente aprovado pela agência agora em dezembro. E essa é a nossa ideia.

O SR. - Então não se tem a certeza se vai confirmar ou não?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Estamos aguardando os comentários finais da concessionária, a análise do corpo técnico da agência e uma questão que depende da agência, da ARTESP com a concessionária e a nossa expectativa é de que sim, o projeto funcional aprovado em dezembro. Aprovado.

O SR. - Olha, tem que regular a posição do governo com a posição da ARTESP, porque é muito contraditório. E desde 2015 o governador Geraldo Alckmin que visita a cidade e anuncia a obra. E aí eu queria saber sobre custos e o senhor explicou tecnicamente, o que discordamos, porque quem vive a realidade lá e quem todo dia usa aquela rodovia discorda completamente desse monte de números que o senhor fez referência.

E é só o senhor ir lá e entrar no trecho de Cedral e tentar chegar a Mirassol que o senhor irá sentir o drama do que eu estou falando. Eu queria saber custos, sobre aumento de pedágio, qual é a relação que tem esse estudo e essas obras com o aumento de pedágio.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Deputado, o seu tempo está correndo e se cada pergunta que o senhor fizer e ele tiver que responder, contrariando tudo que já foi delineado no início da reunião, o senhor vai perder então faça suas perguntas para ele responder depois. Já se passaram quatro minutos e 40 segundos.

O SR. - Vossa Excelência, quando chamamos... Não passou, eu falei no máximo um minuto, é que o senhor está contando a resposta dele.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – É lógico, é no seu tempo.

O SR. - Não é claro, é ilógico.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Não é ilógico.

O SR. - Não tem lógica nenhuma. Fizemos um acordo aqui Presidente, para que pudéssemos dialogar com o secretário, eu e o Neder abrimos mão de votação de um requerimento e na compreensão de que vamos aproveitar a vinda dele para podermos conversar.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Mas deputado, ninguém está se opondo a isso, Carlos Neder entendeu muito bem e fez as colocações dele e está aguardando pacientemente que o diretor responda. O único que está sendo diferente é o senhor, Vossa Excelência.

O SR. - Eu vou ser direto então.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Isso, faça as perguntas e depois responde.

O SR. - Desde 2015 diretor, e o governador Geraldo Alckmin promete a obra, e contrariando um argumento da ARTESP neste momento. E ele disse indagado pela imprensa e está registrado que ele não teria o aumento no custo de pedágio, e quando ele for se defender na justiça porque o negócio é tão sério ali que o Ministério Público representou e a justiça concedeu uma liminar obrigando o estado a fazer a obra, e o governador responde na justiça que não pode fazer a obra porque não está no contrato e vai ter um aumento de pedágio sim.

Eu queria saber, para quem o governador mente? Para o povo ou para a Justiça?

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Responde depois.
Deputado José Zico Prado.

O SR. – Bom, ele respondeu, Presidente, que ao invés de presidir a sessão ele é escudeiro do governador Geraldo Alckmin, do mentiroso...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – ... Eu não sou escudeiro não, aqui tem organização.

O SR. - Ele proibiu o diretor de responder.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Deputado, eu não proibi coisa nenhuma. O senhor está querendo ter um privilégio que os outros não tem.

O SR. - É lamentável.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Não é lamentável.

O SR. - É lamentável.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Lamentável é V. Exa. querer ser diferente dos demais.

O SR. - É lamentável. O senhor é completamente autoritário.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Eu não sou autoritário não. Nada disso.

O SR. - É despreparo com a democracia.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Muito pelo contrário. O senhor é useiro e vezeiro em querer ser diferente. Deputado José Zico Prado.

O SR. - Eu estou tratando aqui de interesses das pessoas...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – ... Deputado José Zico Prado.

O SR. - O senhor atropela as pessoas.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – ... Deputado José Zico Prado.

O SR. – Assim como o governador faz. Essa é a praxe, é essa a forma como o senhor conduz a comissão...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – ... Deputado José Zico Prado com a palavra...

O SR. - ... O senhor tem que ser muito compensado para fazer esse papelão todo.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Papelão faz o senhor sempre. Deputado José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Presidente, primeiro eu quero cumprimentar ao Presidente da ARTESP, e toda a equipe e cumprimentar aos deputados e vereadores, e a vereadora que está aqui junto conosco e eu queria, Presidente, dizer que eu tenho pouco tempo, poucas perguntas para fazer e que eu já me coloquei à disposição do Neder, mas também queria aqui colocar sobre a questão da rodovia Cândido Portinari, e todas aquelas obras que estão sendo feitas e principalmente as obras de arte que estão sendo feitas na rodovia.

Como é que elas estão sendo e por quem elas estão sendo feitas? Pela ARTESP, pela concessionária? E como é que elas estão sendo realizadas. E a outra questão é a de que nós não... Que eu acho que não vem ao caso hoje do tratamento da questão que já fizemos esse debate aqui na Assembleia Legislativa e que é a questão dos pedágios e da abertura das cancelas aonde se tem a passagem livre.

Então, eu queria deixar registrado isso aqui porque é uma questão que eu tenho assistido e visto vários acidentes por essa questão, e já discutimos isso com o coronel sobre essa questão da cancela no Sem Parar, é uma questão que eu gostaria que a ARTESP se pronunciasse claramente sobre essa questão, e o resto do meu tempo, Presidente, eu queria já... Se não for para o Neder, pelo menos que os vereadores pudessem colocar a sua situação, a sua angústia em cada um de seus municípios.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Quer usar?

O SR. - Eu apenas gostaria de reiterar o convite ao Dr. Giovanni sobre o dia 22, às 19 horas na câmara de Barra Bonita, que é fundamental que tenhamos a participação tanto da ARTESP como da ARTERIS, e temos aqui, por exemplo, o vereador Vanucci e ele preside uma Frente Parlamentar na câmara municipal de Jaú pela duplicação da rodovia SP255, e então eu acho que esse tempo do deputado Zico poderíamos ouvir pelo menos um representante de cada município.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Deputado, eu vou ceder a palavra ao vereador, porém eu quero deixar claro a todos os presentes que somos aqui democráticos, e somos sim, usamos a democracia. Tanto é que se eu fosse usar o regimento interno, essa sessão já teria sido levantada cinco minutos após ter iniciado porque não havia mais quórum. Mas em respeito aos nossos visitantes, que eu falei para a nossa Secretaria que nós iríamos dar andamento a nossa reunião.

Que é um momento que todos os senhores têm e para tirarem as suas dúvidas, e então se alguém acha que não somos democráticos, estão redondamente enganados, viu, meus senhores e senhoras. Nós somos democráticos aqui, e então só para deixar claro isso. Deputado Carlos Neder, e deputado... Como é o nome? Desculpe, vereador, mas vai ser deputado um dia se Deus quiser. Quem é o vereador? Fala o nome, por favor.

O SR. ROBERTO CARLOS VANUCCI - É Roberto Carlos Vanucci. Quero aqui agradecer...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – ... O senhor é vereador de onde? Desculpe.

O SR. ROBERTO CARLOS VANUCCI - Do município de Jaú.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Do município de Jaú.

O SR. ROBERTO CARLOS VANUCCI - Eu quero agradecer ao Presidente, deputado Camez pela oportunidade e saudar aos demais deputados aqui presentes, os vereadores que fazem parte da Frente Parlamentar do município de Jaú, e pela duplicação da SP255, e também alguns jauenses que aqui estão presentes e representando algumas entidades do nosso município. E eu trouxe aqui, fizemos uma audiência pública no dia 09, na câmara municipal de Jaú, e organizada e promovida pela Frente Parlamentar, e a discussão foi bastante ampla.

Mas eu trouxe aqui um pedido para protocolar junto com o Dr. Giovanni, e a intenção também era protocolar junto com algum representante da ARTESP, mas infelizmente não tem nenhum representante aqui presente, e eu espero ter outra oportunidade de assim o fazer... Da ARTERIS, perdão, e no município que moramos lá em Jaú vai ter uma praça de pedágio no quilômetro 167 e na cidade de Barra Bonita, e temos aproximadamente 900 trabalhadores que usam esse trecho, essa via todos os dias.

Temos o município de Jaú três hospitais, Santa Casa de Misericórdia de Jaú, o hospital Amaral Carvalho que é referência oncológica em nível nacional e temos o hospital Thereza Perlatti, temos a Fateq, Eteq e Fundação Educacional de Jaú que é usada por estudantes, e sem contar os pacientes que usam. E esse pedágio eu queria aqui fazer esse pedido da possibilidade da isenção do pedágio onde há algum desconto naquele trecho.

E então eu quero aqui depois protocolar o pedido do Dr. Giovanni e obter uma resposta nesse sentido, de qual é o caminho que podemos buscar a isenção ou o desconto para trazer o benefício para as pessoas, se isso é possível. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Imagina. Deputado Orlando Bolçone com a palavra, lembrando que o senhor também só tem cinco minutos, por favor.

O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB - Saudar o Dr. Giovanni, e o Presidente Camez, e os demais deputados e visitantes, e eu quero me ater a três temas o primeiro já foi levantado pelo colega João Paulo Rillo que é com relação à SP 310, e a pergunta é

de forma objetiva e a concessão o senhor informou, ela irá vencer no ano de 2021, e os transtornos causados pela situação que obviamente já é de conhecimento do senhor, do trânsito e do engarrafamento e que ocorre em especial nas duas chegadas tanto de Cedral para São José do Rio Preto e de Mirassol, e então provoca sérios congestionamentos, e consequentemente prejuízos, em especial de ordem econômica.

A pergunta, é possível antecipar de 2021 as obras tendo em vista que eu acompanho já a execução do projeto e a informação que eu tenho é de que a equipe técnica é que a diretoria de planejamento é de que em dezembro nós teríamos já o projeto, e diz que já existe esse projeto. Então, se é possível, se existe consulta a algum órgão, em especial ao Tribunal de Contas no sentido da viabilidade de adotar a estratégia que adotou o governo federal no sentido de se conceder prazos, novos, para as concessões, e no sentido de ampliar a concessão existente incluindo obras novas e no caso, essas específicas com relação ao trecho de Cedral, São José do Rio Preto, Mirassol.

E, aí obviamente eu pedi para que possamos acompanhar se existem consultas e se existem essas decisões. E o tema número dois é com relação embora não conste da pauta, eu vou me permitir, Sr. Presidente, mas é com relação à rodovia Pedro Monteleone, que liga Catanduva a Bebedouro, a Washington Luís, (ininteligível) e tem algumas intervenções, principalmente no perímetro de Catanduva onde são necessárias novas obras.

E, também mesmo lá a concessionária parece que o vencimento nos próximos três anos, e então é a mesma pergunta, se é possível adotar essa tese com todas as cautelas e um terceiro tema é com relação a concessão de aeroportos e o aeroporto de São José do Rio Preto passou por uma obra eu diria, importantíssima e colocou o aeroporto de São José do Rio Preto, e que hoje ele passa a ser dos aeroportos do interior, e exceto Campinas que é o maior e o mais moderno e ele está e teria o padrão internacional.

E, se o aeroporto de São José do Rio Preto, o aeroporto de Ribeirão Preto, se existe algum estudo e aí gostaríamos de acompanhar no sentido de concessão para iniciativa privada também, e tal qual se fez com Jundiaí e Ubatuba, esses outros aeroportos. E finalmente, se vai se adotar o mesmo critério, o senhor informou, tecnicamente a questão de quando se chega um determinado número, volume de veículos, eu vou falar em linguagem simples.

Um volume de veículos, sendo exemplar a Washington Luís, e a SP310 quando chega um determinado número automaticamente dispara um gatilho onde a concessionária tem que necessariamente ampliar através de obras, a possibilidade de fluxo e ver se vai se adotar esse mesmo critério nas novas concessões e se vai adotar também, se procurar aperfeiçoar e melhorar esse critério.

E, finalmente, as concessões foram feitas em uma época onde a inflação no Brasil era alta, a Selic era alta, e se nas novas concessões estão se tendo esses dados de reduzir as margens para que também se tenha impacto e reduza o pedágio. Muito obrigado.

O SR. CARLOS NEDER – PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ – PSDB – Pela ordem, deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER – PT - Presidente, pergunto se poderíamos abrir um minuto para cada um dos cinco municípios que não se pronunciaram, os vereadores se deslocaram 200, 250 quilômetros, se eles pudessem além de Jaú, cinco municípios, um minuto para cada um. Rapidamente...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ – PSDB – ...Vamos fazer isso, até porque a reunião como eu disse no início ela regimentalmente poderia ter sido levantada, mas em respeito a eles, aos nossos visitantes não o fizemos. E isso mostra que o nosso preparo é mais do que suficiente para enfrentarmos a democracia. E então eu gostaria que o vereador falasse o nome, a cidade e fizesse o seu pronunciamento por um minuto.

O SR. ZAMBELO JÚNIOR - Vereador Niles Zambelo Júnior, presidente da câmara de Barra Bonito. Eu gostaria de saudar a todos e dizer que a duplicação da SP255 é uma conquista para a nossa região, estamos brigando já há sete ou oito anos por essa duplicação e tendo em vista que somente no trecho entre Barra Bonita e Jaú, houveram anos em que tiveram 34 vítimas fatais. E se somar a distância inteira da rodovia com certeza passaram de 100 mortes entre os 700 e poucos quilômetros.

E, iniciaram-se as obras na semana passada e já na nossa região. E Barra Bonita foi contemplada como o centro de operações da ARTERIS, então de uma certa forma acabamos sendo beneficiados e podemos dizer, dessa forma, já com a criação de mais de 100 empregos diretos e dentro do município, mas inclusive já aumentaram os pedágios em hotéis, restaurantes, postos de gasolina, a movimentação no comércio e já é visível por conta da instalação no município.

E, eu teria três questões básicas para fazer com relação ao projeto, e dos novos projetos de duplicação como foi dito pelo deputado, e se o município terá algum tipo de participação na elaboração dos projetos ou se esses projetos já estão definidos e não há a possibilidade de nenhum tipo de alteração com relação aos dispositivos, nós vemos que tem várias saídas dos municípios e se vão ser todas fechadas. Tem algum tipo de influência ou de participação na elaboração do projeto.

E, segundo ponto, seria sobre o sistema de cobrança ponto a ponto, que é previsto pelo edital e eu gostaria de saber qual é o procedimento para a implantação desse tipo de cobrança. E tendo vista como o Vanucci mencionou que Barra Bonita e Jaú, nós estamos distantes praticamente 20 quilômetros um município do outro é há um fluxo muito grande de pacientes e estudantes, trabalhadores, e achamos que não seria justo a cobrança do valor total do pedágio e de quem está passando na rodovia.

E, então como é que funciona esse ponto a ponto se temos que fazer esse pedido diretamente na ARTESP? Ou, agora, diretamente a empresa ARTERIS, e a pergunta que não quer calar, é qual é o valor do pedágio. E então seria isso que eu teria para dizer de momento. E muito obrigado pela oportunidade, deputado Caraméz.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ – PSDB – Próximo.

O SR. - Meus cumprimentos a todos aqui presentes em nome do deputado Caraméz, e do deputado e Dr. Carlos Neder, saudar a todos os demais deputados desta Casa e os senhores vereadores também.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ – PSDB – Vereador?

O SR. APARECIDO JÚNIOR - Vereador Aparecido Jovanir Pena Júnior, da câmara municipal de Igarapu do Tietê. Também quero dizer sobre essa duplicação, e, no entanto, é que a nossa população como o Vanucci também disse e também o Presidente

Niles disse, é que ali da nossa cidade de Barra Bonita e Igarapu do Tietê, muitas pessoas além de serem socorridas através de hospitais e escolas, tem também a quantidade de pessoas que trabalham na cidade de Igarapu do Tietê, de Barra Bonita e vão até a cidade de Jaú.

E, com essa instalação dos pedágios com o valor exorbitante vai sufocar um pouco esse pessoal, e então o nosso objetivo aqui e de todos ali daquela região onde circula a SP255, é que seja um pouco minimizada a situação e não se pense já, antes da elaboração, uma criatividade de se fazer nessa pista pesar um valor de pedágio muito alto. E então é por isso que viemos para cá e a câmara de Igarapu (ininteligível) Geraldo Carvoeiro, e também o Fernando de Almeida, que são vereadores, e estaremos sempre junto com essa equipe e esse grupo sempre lutando pelo ideal e pelo pessoal da nossa região. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Muito bem, vereador. O próximo?

O SR. EDER - Deputado João Camez, Presidente. Eu cumprimento o deputado Carlos Neder, o deputado Rillo e demais vereadores. Vereador Eder Miano de Taquarituba, veio eu e mais um vereador, o Maurício Pascucci. E algumas informações, participamos de algumas reuniões da Frente Parlamentar em outras cidades também, mas o pessoal da ARTESP não enviou representantes como mencionado aqui, e então é importante essa reunião porque temos algumas dúvidas.

Algumas cidades tem os pedágios que já estão as praças de pedágio para serem implantadas, e no nosso trecho não sabemos... Sabemos que existirá, mas não sabemos o local e há também a informação de que são dois pedágios. E o trecho seria dos municípios de Taquarituba e coronel Macedo. E então essa pergunta é a que temos aqui com relação ao município de Taquarituba, a qual eu pertence, uma área urbana também que temos a preocupação se a concessionária também tem uma previsão de cuidar dessa área urbana, assim como se foi feito em Avaré, visto que a UDR fez uma obra há alguns anos anteriores isolando os bairros, essa obra, ao meu ver não teve um critério e visto que há um grande número de acidentes nessa área urbana.

E, então essas são as perguntas para V. Exa. Dr. Giovanni.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Obrigado, vereador. O próximo?

O SR. SÉRGIO FERNANDES - Sr. Presidente, João Caraméz, a qual eu cumprimento todos os demais presentes aqui nesta Casa e a minha pergunta, Dr. Giovanni...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – ... O senhor é da cidade?

O SR. SÉRGIO FERNANDES - Perdão. Eu sou o vereador Sérgio Fernandes da cidade de Avaré, e se já existe um projeto ou um estudo em andamento para que a obra de duplicação do trecho entre Castelo Branco e a Raposo Tavares que é da CCR em SP Vias, se existe já um projeto em andamento para que essa obra ela seja executada juntamente com o mesmo tempo em que a ARTERIS vai estar fazendo o trecho da Raposo até Riversul e Itaporanga, e a Castelo Branco até Franca? E se já existe um projeto nesse sentido ou se há a necessidade de que a prefeitura ou algum órgão em Avaré faça esse pedido para a ARTESP.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Obrigado, vereador. Finalmente, o próximo?

O SR. VANDERLEI - Bom dia, deputado Caraméz, meu nome é Vanderlei e eu estou vereador na cidade de Monte Mor. E hoje eu estou aqui mais para contribuir com as cidades de Igarapu do Tietê e Barra Bonita, Jaú, e eu nasci em Igarapu do Tietê, e então o convite do deputado Carlos Neder, a quem eu quero cumprimentar e o deputado Zico Prado também, eu estive lá na cidade de Pratânia, onde eu pude relatar alguns fatos que sofremos e estamos sofrendo na duplicação da SP101, e que há uns 15 dias atrás tivemos a reunião na ARTESP depois de uma longa data conseguimos nos reunir.

O prefeito, e os vereadores, e então eu quero alertar a todos, de todas as cidades, a questão realmente da praça de pedágio, porque lá na nossa cidade colocaram um pedágio no meio do nosso município, e que para viaturas da guarda municipal,

ambulância e essas coisas, deu o que fazer para podermos isentar a passagem desses veículos nas praças, e passarelas sem iluminação.

Passarelas e pontos de ônibus sem cobertura, e entradas e saídas de bairros sem alças de aceleração e desaceleração, e então vocês que estão discutindo a duplicação da 255, e fiquem muito atentos para isso, porque o projeto é bonito e o templo lá e tudo, mas fiquem atentos para isso, e a questão...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ - PSDB - ... Para concluir vereador.

O SR. VANDERLEI - E então eu estou aqui para concluir com vocês, e eu utilizo a rodovia 255 para visitar as minhas famílias lá em Barra Bonita, e em Igarapu do Tietê, e então fiquem atentos para isso, ok? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ - PSDB - Obrigado.

O SR. - Perdão, o seu nome vereador? Eu não...

O SR. VANDERLEI - ... Vanderlei Soares, da cidade de Monte Mor.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ - PSDB - Bom, eu quero aqui adiantar deputado Carlos Neder, que, conversando aqui com o Giovanni, no dia 22 de janeiro a ARTESP estará mandando representantes na audiência pública e eu também estarei lá com os senhores.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Ótimo. E se possível também a ARTERIS porque ela é a concessionária.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ - PSDB - Está joia. E então, Giovanni, as respostas, por favor.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Obrigado a todos pelas perguntas que são extremamente importantes. Eu vou tentar seguir a ordem do que foi feito, para respeitar. Respeitando o deputado Roberto Moraes, sobre a SP308, da antecipação,

estamos trabalhando com a concessionária da rodovia do Tietê, como o deputado falou, é uma concessionária que tem nos dado um pouco de dor de cabeça, e é o mesmo caso da SP121.

O SR. - Só um aparte, palavras minhas, desculpa, mas é a pior do estado. Infelizmente, está passando dentro da minha cidade. Aliás, da nossa região.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Tem um trabalho bem intenso nele, e eu tenho pedido de austeridade da equipe de fiscalização e tanto de operações quanto a de investimento para que consigamos apertar a concessionária e as obras saiam dentro do prazo possível. E a antecipação está sendo tratada com eles, e tivemos um recente com a concessionária para que tentemos viabilizar todas as questões pendentes e eles possam tomar uma definição de executar a obra.

E, a agência não coloca nenhum empecilho para que a concessionária comece imediatamente a obra. E ela diz que tem todos os projetos prontos, e ela tem outros atrasos, e então ela pode se valer de antecipação sem problema nenhum, e isso foi colocado à disposição, estamos fazendo tudo o possível para que isso aconteça e se realize. E a da alça de Esalq, tivemos alguns problemas no projeto, infelizmente, e essa semana foi a data que a concessionária prometeu para protocolar os últimos detalhes do projeto para que possamos seguir e fechar o orçamento e podermos fazer as inclusões necessárias.

E, envolveram o problema de uma rampa, que foi dimensionada de forma inadequada, e quando as pessoas inclusive das áreas que iam ser cedidas por uma empresa. Isso já foi adequado, já foi rediscutido o projeto para que viabilize. E eu quero ver se fecho o projeto e o orçamento esse ano e ele já está acelerando, para no começo do ano que vem já tomarmos uma definição sobre isso e podermos ver o próximo passo.

O SR. - Na verdade, na inauguração o senhor estava lá e o governador anunciou no plano passado essa obra, e eu não sei qual foi o engenheiro que foi fazer a obra e que esqueceu que dentro do bairro de Monte Alegre tem a ordem de papéis e uma multinacional, uma empresa japonesa, e é um bairro tombado, são 80 carretas de papel por dia, e ele esqueceu que a carreta tem que sair e subir para ganhar a rodovia do açúcar, e então projeto que ele fez a carreta não conseguia subir, e eu então imagino a escola em que ele se formou, que escola de engenharia.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Não, foi um absurdo. Quando soubemos, deputado, é um absurdo. E então as medidas que estão sendo tomadas, e é importante e o deputado Roberto Morais sempre nos auxilia na região, e eu preciso da ajuda da cobrança e ajuda para fiscalizar o Tietê que precisa. Deputado Chico Sardelli, comentou da questão da passarela, e ele é membro do conselho consultivo da agência e dentro do conselho tem desempenhado um excelente papel e a questão de segurança é um tema que ele vem cobrando e assim, como ele comentou aqui rapidamente do pedágio automático, e tem nos ajudado muito no desenvolvimento da agência.

E, acompanhei a audiência, com a equipe, vi um resultado e pedi um relatório da audiência, e a questão de segurança sempre é um dos temas que temos colocado dentro da ARTESP como críticos, temos infelizmente as questões contratuais, e isso exige um rito contratual a ser seguido, eu não posso, que é o que conseguimos, os resultados fantásticos dessas etapas de concessão e consegue até se investir, e é o respeito pelos contratos e o estado de São Paulo tem isso, e que infelizmente não se vê no restante do Brasil, e vemos discussões de contratos que foram assinados em 2013, e que está agora uma briga que os investimentos não saem, e tem contratos sendo caçados.

E, concessionárias tentando devolver contratos, e discussões de medidas para se estender 14 anos e postergar investimentos, e então é uma situação bem complexa. Mas de qualquer forma, o que ele apontou que são os critérios do contrato de 80 por hora, e também a questão de onde for necessário já se pedir assim que eu tiver o resultado da audiência uma revisão interna dos parâmetros que a agência utiliza para deixar muito claro que é onde foram necessários.

E, então o direto Alberto e o diretor Pedro já têm uma missão de poderem ver se precisamos adequar alguma coisa em nossa regulamentação para isso ficar claro para as medidas quando isso for necessário, e cabível, que elas sejam aplicadas e ainda mais na maior agilidade possível. E estamos atentos, e vamos ver as medidas que a agência pode tomar com relação a esse assunto para acelerar e para aumentar a vida, porque ela realmente é um bem muito precioso e que tem que ser preservado a todo custo apesar das questões contratuais é um papel sim da agência, e é tentar viabilizar isso da melhor forma possível, dentro do que for possível e de uma forma mais ágil possível.

E, eu estou vendo e já pedi essa medida rápida para vermos o que podemos fazer. E seguindo o deputado Carlos Neder, sim, a apresentação vai ser disponibilizada e comentei com o Presidente, e não há problema nenhum em estar à disposição, e tivemos

sim conhecimento, e eu venho acompanhando a Frente Parlamentar, e eu peço desculpas e eu vou pedir por mim e pela concessionária ARTERIS, porque estávamos em um processo de licitação, e então a nossa preocupação era poder seguir com o processo e ter um resultado positivo.

E, qualquer abertura antecipada poderia influenciar no resultado das propostas, e até que a ARTERIS pudesse assinar o contrato, é uma empresa que ela tem ações em bolsas e poderia ter impactos. E depois até pudemos receber uma notificação até da própria CVN, e então infelizmente, é por isso que não conseguimos estar mais próximos, e como o Presidente comentou, ele vai estar presente no dia 22 e mandarei um representante e sim, a ARTERIS vai estar presente.

E, com o contrato assinado ela começa a fazer um trabalho como todas as concessionárias fazem e é um contrato que a agência exige, e a SPVias já faz na região, e agora a Via Paulista vai começar a fazer a proximidade com todos os municípios, ela tem que estar presente e vai prestar um relacionamento de 30 anos com os municípios, com os prefeitos, que hoje estão e podem estar no futuro, os vereadores, e futuros prefeitos, deputados da região. E ela vai ter esse relacionamento próximo.

E, a ARTERIS historicamente, o grupo tem um bom relacionamento, e é talvez o momento que foi ingrato para ambas as partes. E com contrato assinado e semana passada eles assumiram o trecho como o vereador Niles comentou, já estão trabalhando na via, e agora ela vai estar próxima, e vai estar participando das reuniões pode se ter certeza. E com relação a Castelo Branco, Raposo Tavares, que também foi perguntado pelo deputado Bolçone, infelizmente, não faz parte das obrigações contratuais da SPVias, por enquanto não há nenhuma discussão de inclusão desta obra dentro do contrato da SPVias.

E, a obra que foi incluída foi do trecho de Avaré. E com certeza isso também acontece no centro oeste paulista, que a SP333 que pega um trecho do triângulo do sol, logo após Borborema que não há duplicação prevista no contrato do triângulo do sol, e quando esses contratos vencerem, se não foi viabilizado no contrato atual, futuros contratos vão considerar a duplicação e devemos caminhar para 100% da duplicação. E inclusive dos trechos que estão nos contratos atualmente vigentes.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ – PSDB – Só uma dúvida, quer dizer, legalmente não haveria um impedimento de um aditivo? E esse aditivo dependeria de uma decisão da Secretaria de Logística ou a ARTESP tem liberdade para

pensar um aditivo no contrato da SPVias para esse trecho que vai da Castelo Branco até a Raposo Tavares?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – As inclusões de qualquer obra não prevista no contrato passam por um procedimento que é adotado pela agência de inclusão e definição de como isso vai ser, o contrato vai ser reequilibrado, qualquer nova obrigação do contrato atual eu tenho que reequilibrar com a concessionária. E então tratamos caso a caso. É o caso, por exemplo, da SP310, para que possamos discutir qualquer possibilidade de inclusão infelizmente é um trabalho longo que passa pela avaliação técnica, temos que ter projetos funcionais finalizados, e temos que ter projetos executivos finalizados, e temos que ter orçamentos 100% finalizados, e a discussão jurídica com os órgãos de controle, inclusive uma PGE, a partir disso propomos para o poder concedente as formas do requerimento possíveis.

E, como o deputado Rillo comentou, nós temos formas de fazer essa inclusão de obras que podem ser pelos critérios selecionados e isso depende muito de caso a caso, e não é uma opção padrão, e é um investimento do estado, e extensão de prazo, ou um ajuste de tarifa de pedágio, é uma das oportunidades legais para se fazer a inclusão de obrigações não contratuais. E qual é a tomada de decisão? Somente quando se tem o projeto finalizado e o orçamento finalizado, eu não consigo definir isso antes porque eu não consigo fazer a conta. E é simples assim, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – ... O projeto é desenvolvido por quem exatamente? Técnico e executivo?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – O projeto é sempre feito pela concessionária, ela é quem é responsável pelo trecho.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Desculpe, nada impede que a concessionária avance na avaliação de um projeto técnico e executivo aguardando uma decisão de natureza orçamentária, financeira e política para que implemente isso?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – A concessionária não tem obrigação contratual de desenvolver projetos funcionais e executivos que não são previstos no

contrato. Então, geralmente as tratativas são o pleito, nós analisamos, e verificamos qual vai ser a condução do poder concedente, para podermos solicitar para a concessionária.

E, a concessionária tem total liberalidade sim de desenvolver a vontade dela talvez um funcional, até se ter uma sinalização do executivo, às vezes as concessionárias tratam dessa forma. No caso da SP310, por determinação do poder concedente e do governador, no caso, ele vem cobrando desde 2015 sim, e é fato e vem cobrando a agência e agora cabe ao papel da agência de se cumprir essas etapas, às vezes eu pressiono os nossos diretores e o nossos técnicos sabem e estão aqui e sabem que às vezes não é fácil a pressão que recebemos pela celeridade.

E, infelizmente eu não consigo atender a celeridade que o governador exige de nós às vezes em razão desses tramites legais que nós temos que seguir e temos procurado trabalhar da melhor forma possível. E agora como eu comentei com o concurso público e reforço da agência, eu espero que cada vez mais consigamos dar celeridade a avaliação de projetos, condução das fiscalizações e poder dar os resultados mais rápidos possíveis.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ – PSDB – Giovanni, aproveitando a oportunidade, acredito que todos nós aqui independentemente do partido ou posição com a situação, nós deveríamos ter o mesmo discurso e a mesma justificativa perante a nossa população porque nos cobram muito. E até dias atrás que era do meu conhecimento, qualquer ampliação do objeto de contrato estaria suspensa por duas razões, primeiro pela proximidade do vencimento da concessão e segundo, por conta de um processo do próprio Tribunal de Contas.

E, eu pergunto para você, está valendo isso?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Toda a inclusão, como não está prevista no contrato, Presidente, realmente é muito polêmica. E então já foram feitas, em Avaré a duplicação é um exemplo e uma obra que não era obrigação do contratual e foi incluída por extensão de prazos, e hoje temos essa demanda. E então alguns casos eu não consigo incluir pela proximidade, e não se justifica incluir a obra, às vezes é mais sentido como está acontecendo agora com autovias e com a via norte por se relicitar.

E, autovias e via norte ao invés de se incluírem novas obras, que peguem inclusive a Cândido Portinari, deputado Zico Prado, que é um trecho depois de Franca, que não foi incluído no contrato de concessão da rodovia dos calçados, é uma rodovia

da UDR, e então são tratativas junto com a UDR, e se vamos incluir novas obras naquela região, há a responsabilidade do trecho do concessionário é muito mais vantagem você discutir isso dentro de um novo contrato. Porque, além de eu conseguir colocar uma obra completa com todas as funcionalidades necessárias que a população exige em uma condição financeira muito melhor – porque você está trazendo um novo momento econômico, um novo concessionário com uma outra capacidade de investimento –, poder fazer o que fizemos agora com a autovias e via norte, levando a redução de tarifa de pedágio.

O SR. - Só para entender, eu fiquei confuso aqui. Ainda é da UDR aquele trecho?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – A Cândido Portinari até Franca, mais ou menos, está na concessionária da Autovias, e de lá até Rifaina é trecho da UDR.

O SR. - É trecho da UDR ainda, não está concedido?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Não. Nós tentamos colocar na concessão da rodovia dos calçados, mas por solicitação da região, não foi concluída na concessão. E isso foi atendimento nas consultas e audiências públicas de que não fizessem parte da concessão, e foi atendido pelo estado e pelo poder concedente e pela ARTESP em retirada desse trecho.

O SR. - E foi retirado?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Foi retirado, não faz parte da concessão da rodovia dos calçados e continua sobre a administração da UDR. Na primeira audiência tínhamos a pretensão sim de incluir, porque fazia sentido você chegar até o limite do estado, mas nas discussões, durante os estudos a própria população local pediu para que se fosse retirado esse trecho, e atendemos e achamos por bem também atender e foi mantido na UDR.

E, então deputado, é verdade, em alguns casos não se justifica por causa do limite do contrato, e assim, eu não tenho nem condições e tempo de executar a obra mais, e todo o aditivo tem que passar pelos controles dos tribunais de conta, é um

aditivo contratual e o Tribunal de Contas, e temos trabalhado para ter as aprovações necessárias, e regulamentares com o Tribunal de Contas, essa discussão sim.

Então, hoje, temos dentro das inclusões de contrato e tem alguns fatos que não são tão simples e que podemos falar que a qualquer hora pode ser incluído porque tem N fatores adicionais. E alguns casos faz mais sentido e você pode até esperar uma nova concessão, e é por isso que no novo contrato de concessão nós colocamos a revisão ordinária, e que acaba sendo um sistema muito mais correto e justo. E aí já comentando um pouco da resposta do deputado Bolçone, o gatilho contratual existe nos contratos, mas é sempre muito polêmico.

E, como o próprio deputado João Paulo Rillo comentou, e tem que se ter uma filiação técnica, e nem sempre é possível se transferir o entendimento do técnico e o entendimento social. Você tem uma regra dentro do contrato, e aí você atinge e discute com a concessionária, às vezes é um caso pontual e é uma intervenção pontual por causa de um acidente, tem que se tirar isso dá a conta, e aí se começa a se acertar o processo e e então parece muito mais lógico em uma revisão ordinária onde você coloca dentro do contrato e porque aí já está regulamentadas as discussões com os tribunais de contas, e ficou muito mais fácil, porque é uma condição contratual, e você fazer a inclusão de novas obras.

E, foi por isso que nos novos contratos não existe gatilho e mais a cada quatro não fazemos as revisões ordinárias. E na revisão ordinária a população e os deputados, os vereadores e prefeitos, qualquer um pode solicitar uma nova obra, e isso vai ser analisado pela concessionária já como uma obrigação contratual e ela vai encaminhar isso para a agência através de um sistema eletrônico em que se fica tudo público, transparência total disponível, e discutimos com a sociedade e dentro de um pacote que já está delimitado dentro do contrato é possível fazer a inclusão daquelas obras.

E, aí passasse quatro anos e repetimos a operação, e a cada quatro anos repetimos a operação. E então é muito mais lógico em um contrato de 30 anos, você colocar ao longo dos 30 anos pontos de checagem, e então a cada quatro anos para-se tudo e se rediscute o contrato e vamos, chama-se a sociedade, e quer se colocar mais investimento? O impacto é esse no contrato, e vai ter a extensão de prazos, vai mexer na tarifa e se tem recursos dentro do contrato em função dos indicadores de desempenho que ela não recebeu 100% do reajuste e temos aí um valor que pode ser utilizado nessa conta.

E, é uma ordem muito mais lógica, regulamentada, atendendo melhor a sociedade e o interesse público no momento adequado, na hora adequada e na condição econômica, deputado Bolçone, adequada, que é o trabalho da agência, e todo o novo contrato é trabalhado de acordo com uma taxa de retorno adequada ao momento econômico que estamos. E as novas licitações, trabalhamos com um único dígito na taxa de retorno, e a cada momento nós discutimos que cada inclusão de obra se discute. E assim nós conseguimos organizar e regulamentar isso em um momento único. E é por isso que o programa de concessões do estado de São Paulo é sempre considerado como uma referência pela capacidade de inovarmos.

O governador Covas, e o secretário de governo cobra, e vamos errar coisas que não tínhamos previsto e não vamos cometer os erros do passado. Temos que corrigir o passado e se entendemos que um caso não está adequado e que precisa ser melhorado, é nosso dever sim e estamos tomando todas as medidas para corrigir e par melhorar. Esse é um trabalho constante da agência.

E, deputado João Paulo Rillo, com relação a SP310, como eu comentei, desde 2005 o governador autorizou, por isso que ordenamos a concessionária a fazer a obra e fez-se os estudos e isso foi ordenado pela agência e vem sendo feito, a agência tem trabalhado de forma intensa e nesse processo com a concessionária eu queria e já gostaria de ter atendido e o próprio governador antes, mas estamos trabalhando para tentar fechar o projeto funcional e executivo por não ser uma obra contratual, é isso rito que eu comentei e eu não consigo... O contrato termina em 2021. E ele de 1998 quando se estabeleceu. E por isso que falamos, em 1998 quando íamos prever que no momento agora quase 20 anos depois ia se ter essa necessidade.

O SR. - E quantas revisões tiveram no contrato?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Nenhuma. Os contratos de 1998 não previam essas revisões ordinárias que eu comentei. É só no novo modelo.

O SR. - Giovanni, mas quando se faz um contrato desse, qual é o estudo de viabilidade e como se faz uma projeção? Se você pegar o passado e os dez anos anteriores consegue se projetar o aumento de fluxo e o aumento da população, como é que aquela região está se desenvolvendo. E isso não foi feito?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Foi feito. E na época de 1998 foi colocado em audiência pública, consulta pública na região, e o governo do estado de São Paulo sempre colocou todas as obras contratuais como obrigações contratuais e discutindo isso com a população antes do contrato.

O SR. - Pelo que eu entendi, vamos transformar em uma linguagem que as pessoas possam entender. Pelo que o senhor me falou não se tem fluxo suficiente que justifique a ampliação. E hoje não se tem, e como é que está sendo feita essa medição?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Essa medição...

O SR. - ... Eu acho que não estamos medindo e falando da mesma rodovia.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Não, estamos falando, deputado, a medição foi feita recentemente e ela é feita constantemente e fiscalizada pela agência. E usamos um padrão internacional de medição.

O SR. - Eu fiz uma série de perguntas aqui que eu não vou repetir.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Eu vou responder, eu vou fazer questão de responder deputado.

O SR. - Eu tenho aqui que eu fiz aqui por escrito para a ARTESP, e eu vou esperar porque elas são...

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – ... Do requisito de informação? E estamos... Não sei se já foi respondido ou se está para se responder aqui para a Assembleia Legislativa.

O SR. - Para não se ocupar muito tempo. Porque não condiz com a realidade.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – O requisito de informação chegou para nós e já estamos com a resposta pronta, e se não chegou para o deputado, deve estar para chegar.

O SR. - Giovanni, por mais atencioso que o senhor seja, tem uma contradição muito grande e um abismo entre a demanda, entre as promessas do governador e a posição da ARTESP. É um abismo. Desde 2015 é que o senhor está cumprindo um papel e ele falou, “o governador está pressionando, mas ele faz mais do que isso, ele promete”. E ele promete, fala uma coisa e depois faz outra. Falou que não se teria o aumento, que já estava em um estudo prévio que ele tinha, e ia realizar obras porque se tinha uma demanda e ela era justa e não se teria impacto na tarifa de pedágio.

E, na justiça ele falou uma outra coisa, que a obra não pode ser feita, e que, inclusive vai se ter para isso um impacto na tarifa do pedágio. E eu repito a pergunta, para quem é que ele mente? Para o povo ou para a justiça?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Deputado, eu acho que só mais por entendimento, quando foram feitos os estudos de pré-viabilidade não se tinha uma previsão de aumento de tarifa, e não está decidido sobre isso, e qualquer inclusão de obras existem mecanismos de inclusão como eu comentei. E só podemos tomar decisões quando se tem um projeto executivo finalizado.

E, temos feito uma discussão ampla com a região para se achar uma melhor solução. E como se foi visto na resposta para a justiça, é um projeto que hoje está beirando 350 milhões como um valor de expectativa. E foi o pleito que veio da região para esse tamanho de projeto. E eu só consigo definir isso, como comentado pelo Presidente, de que as questões de vencimento e de contrato, prazo de execução, quando se finalizar o orçamento.

E, é o trabalho que a agência tem que fazer. E então estamos fazendo esse trabalho, e se chegar em um ponto onde eu fecho o orçamento e vai ter que se fazer uma tomada de decisão e aí ela será baseada no estudo que finalizamos.

O SR. - Podemos então esperar dessa vez pelo menos, não teremos uma conclusão, pelo menos do projeto agora em dezembro?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – O projeto final será finalizado agora em dezembro.

O SR. - Obrigado.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Projeto final finalizado em dezembro, porque aí com isso eu consigo dar a celeridade que eu preciso. E enquanto eu não fecho o projeto funcional e eu não consigo caminhar com a concessionária fechando o executivo, e finalizando também a parte de orçamento para se chegar ao governador e ele poder das as autorizações necessárias. E então o trabalho que a ARTESP tem que fazer e está sendo feito.

E, o compromisso assumido.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Obrigado.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Em dezembro estaremos finalizando o funcional. E ficar à disposição do deputado, para apresentar, podemos recebe-lo lá na agência para mostrar o projeto funcional lá. E não tem problema nenhum, quanto a isso a agência trabalha com total transparência, e é um dever nosso fazer isso de todos os agentes da ARTESP.

O SR. CARLOS NEDER – PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Pela ordem, deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER – PT - Eu pergunto se as questões levantadas pelos vereadores foram devidamente anotadas, e que seria importante que eles ouvissem a resposta, e eu queria pedir ao Presidente que nos ofereça depois as notas taquigráficas desta reunião, e que foi de grande utilidade e um conteúdo importante a ser analisado por todos nós.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – A Secretaria fará com que chegue até o seu gabinete e de todos os deputados a cópia taquigráfica, ok? Bom, estamos chegando ao final da nossa reunião, eu quero aqui mais uma vez agradecer a presença do nosso diretor executivo da ARTESP, e em obediência a Constituição do Art. 52, e agradecer também aos seus acompanhantes, ao coronel Alberto, ao Nelson e ao Rafael.

E, agradecer a presença de todos os vereadores aqui já nominados das cinco cidades que nos visitaram nessa manhã, e foi muito bom. E nada mais havendo...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - ... Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Pela ordem, deputado Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT – Queria que ficasse claro para mim, mas as perguntas dos vereadores não foram respondidas. Vão ser respondidas quando? Como? Onde? Dr. Giovanni.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ – PSDB – Tudo bem.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Tudo bem, posso responder agora. Deixa eu ver se não esqueci de nada, porque eu atendo a todos. Só respeitando a ordem, deputado Bolçone, passar rapidamente, a antecipação da obra da SP310 que foi o que eu comentei, e então temos trabalhado para ver o que é possível e a consulta do Tribunal de Contas sobre os novos prazos eu comentei e então sempre, qualquer inclusão tem que se tratar relacionado a isso, e com relação a Catanduva, por enquanto não tenho previsto nenhuma intervenção no local com a concessionária Tebe, mas aí podemos ver qualquer caso específico, e dos aeroportos de São José do Rio Preto e Ribeirão Preto o estado sempre tem estudos e tanto na parte rodoviária, e portuária de melhorias e possibilidades de concessões, e hoje dentro da agência não temos nada concreto com relação pelo menos dentro da ARTESP.

Gatillo eu comentei, e da Atílio também. Agora, dos vereadores. Tentando respeitar aqui a ordem, o vereador Vanucci, de Jaú, sobre a isenção de pedágios na SP255, não é uma prisão contratual, e nós fazemos a isenção do pedágio e o que temos são esses novos mecanismos, 5% de desconto, há a possibilidade ponto a ponto, que é uma tarifa diferenciada, e até agora a possibilidade da tarifa flexível, e que é a de você ter valores menores.

E, então a concessionária agora pode tratar isso e ela vai começar a estar próxima das câmaras de vereadores e qualquer pleito pode ser encaminhado para nós. E vamos encaminhar para a concessionária, e pode ser discutido com ela para ver a

melhor forma de condução desses casos. E vereador Niles de Barra Bonita, estivemos lá e realmente esperem uma mudança muito boa e positiva na região.

E, a concessão traz um avanço significativo e com as duplicações conforme o vereador Vanderlei comentou e em um primeiro às vezes pode trazer a sensação de impacto, mas a questão de ajuste que estamos trabalhando, e a agência recebeu toda a equipe de Monte Mor. E temos trabalhado nas melhores soluções possíveis, e os projetos que temos, vão ser agora discutidos da melhor forma com a concessionária.

E, o que se tem e que já foi encaminhado para todos e que é totalmente público, são os projetos referenciais. E dentro do edital e do data room estavam todos os projetos funcionais e referenciais que são usados como base para a modelagem econômica e financeira do contrato e para que os concessionários possam apresentar as suas ofertas. E agora o concessionário tem que desenvolver os projetos executivos e apresentar na ARTESP, e esses projetos tem que ser aprovados, e tem alguns ajustes que agora o concessionário vai avaliar.

E, às vezes ele propõe algumas adequações para que aprovemos o projeto e as obras possam começar dentro dos prazos contratuais, e então vai ser o tramite normal. E com certeza, o concessionário vai falar com as prefeituras, e vai agora mapear adequadamente o trecho para que os projetos saiam da melhor forma possível. E o ponto a ponto é uma obrigação contratual e já é uma previsão contratual e que pode ser implantado pela concessionária ou por uma decisão do poder concedente. E o contrato é novo e temos praças ainda na região, e precisando se ter um histórico de mapeamento da região, e é uma possibilidade de a qualquer momento ao longo dos 30 anos que se pode vir.

No começo, no meio e no fim do contrato vamos trabalhar isso de forma conjunta, e a tarifa flexível idem, ela pode vir no começo, no meio e no fim do contrato, ela pode ser adequada durante o contrato, e o importante é que há a previsão contratual e por determinação do poder concedente, ou por uma decisão da própria concessionária, e podemos implantar também. E praças de pedágio o valor, e vamos deixar os senhores sem. A agência não tem nada para esconder, e todos os valores de praças de pedágio são públicos e sempre foram públicos.

E, estão disponíveis, e as praças como eu comentei, elas dependem dos reajustes tarifários, e dependem também da antecipação das obras. E as praças novas tem um valor de tarifa que varia de quatro reais e 19 centavos, até seis e 91 centavos, a depender

dos investimentos que serão feitos e se ela está atendendo ou não a todas as revisões ordinárias. E em cima desse valor, 5% de desconto de quem tem o pedágio automático.

Tem o pedágio automático, passou na praça essa tarifa e foi um real, passou e vai 25% mais barato na conta. E os 5% real, nos nossos contratos que tem mais arredondamento no pedágio automático, e ele não tem sentido você ficar arredondado tarifas. E essa é a realidade da região, e nós ainda vamos trabalhar isso, e vamos estar publicando e porque agora o concessionário, que é a publicação do vereador Hélio de Taquarituba, e com relação a serem as praças de pedágio, e perdão... Eder... E as coisas de área urbana, comentou com relação as praças de pedágio, e agora o próprio concessionário vai fazer os projetos e ele está fazendo agora e já começaram as obras do programa intensivo inicial.

E, ele tem por obrigação fazer tapas buracos, limpeza de sinalização, troca de sinalização, poda, o atendimento mecânico e socorro ele já está operando no trecho e já está com o 0800, já está com as viaturas, e o dia do evento que o governador teve, que estivemos em Barra Bonita. E eu peguei trânsito (ininteligível) porque estava tapando buracos na rodovia já e então ele já está totalmente empenhado nas obras, e ele tem que cumprir uma série de requisitos para poder ainda apresentar projetos e ter a cobrança, definir o local correto da praça.

E, o dimensionamento de praça, e então ainda tem todo um tramite a ser desenvolvido com relação a isso. E isso também responde a resposta do vereador Aparecido de Igarapu do Tietê, e do vereador Sérgio Fernandes de Avaré eu comentei sobre a obra do trecho da SPVias, e então não é uma prisão contratual, vamos ter que tratar isso e talvez em um futuro contrato, e da SP101, como eu comentei, estivemos lá e recebemos todos os vereadores, e temos trabalhado em cima disso.

É um trabalho da agência, e é a concessionária das rodovias do Tietê que o deputado Moraes nos apoia na cobrança e na fiscalização exigindo um resultado e estamos muito atentos e eu acho que o atendimento foi feito dentro da agência e procuramos esclarecer isso da melhor forma possível, o que é possível se fazer de imediato, e que leva um pouco de tempo e a agência está muito atenta, e a austeridade cobrando para que as coisas saiam da forma correta e atendam o município da melhor forma possível.

O SR. - Eu quero sugerir ao senhor, como o deputado falou, que a SP101, que é a rodovia do Tietê e a rodovia do açúcar, que elas sejam usadas como exemplo e é como

o senhor falou, que vem sempre atualizando para não se errar mais e foca nessas aí, porque esses erros não serão cometidos nas novas.

O SR. - Só pela ordem, Presidente, primeiro para cumprimentar o Dr. Giovanni, eu acho que ele foi muito transparente em suas colocações até aqui. E eu só queria com mais precisão, essa negociação dos estudantes, dos trabalhadores, dos veículos utilitários, e de tudo aquilo que há negociação direta com a concessionária.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – É negociação, perdão deputado...

O SR. - ... Sobre isenção, sobre os problemas sofridos ali pela população.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Temos a isenção de pedágio e geralmente dentro do contrato se está regulamentado que pode e o restante é conversado com a concessionária.

O SR. - Tem aquelas isenções que foram aprovadas aqui, a maioria delas.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – E o restante é com a concessionária.

O SR. - O restante é com a concessionária.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – E o restante é com a concessionária. E se conversa com a concessionária, principalmente nesses momentos de projetos.

O SR. - É isso que eu queria deixar registrado.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO – Não tem. Como eu comentei, não há previsão contratual, e as previsões contratuais de que a agência vai trabalhar com o concessionário para se levar uma tarifa cada vez mais adequada e como a que colocamos nesses novos contratos que é o ponto a ponto que pode ser implantado e que é uma tarifa mais justa pelo trecho percorrido.

E, a tarifa flexível que pode em determinadas condições, situações, bairros, municípios, tipos de veículos, horário do dia, dia da semana, e trazer uma tarifa

diferenciada, porque é uma forma de você distribuir melhor o custo de operação da concessionária, e é uma inovação, e isso no Brasil é uma total novidade, e nós falamos, se não se coloca no contrato agora, daqui há dez anos discutir isso será impossível, deputado.

Então, vamos colocar agora, e trazer para a sociedade e acharmos uma solução. E os 5% de tarifa do eletrônico que é o desconto direto na cobrança, que é outro benefício extremamente importante, e que já vai na tarifa de pedágio.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMÉZ - PSDB – Olha, gente, só para finalizar, fazer uma observação, que eu acho que o momento é oportuno, e tendo em vista que as várias manifestações que nós tivemos, e hoje, está mais do que provado que o governo do estado de São Paulo acertou quando tomou essa decisão, desse programa de concessões, e tendo em vista a grande malha viária que tem o estado de São Paulo.

E, aqui, mais de 90% das rodovias estão sob a jurisdição do governo do estado de São Paulo. E diferente de outros estados que 90% é jurisdição federal e não estadual. E eu me lembro perfeitamente bem, eu sou usuário da Castelo Branco, coronel, e eu me lembro perfeitamente bem, que, antes disso, era difícil de você identificar uma placa de sinalização por conta do mato que crescia e que cobria as placas. E então nasceu uma rodovia perigosíssima.

E, então a partir do momento em que o nosso governador Mario Covas tomou essa decisão, no começo houve muita discussão, e ele foi firme nesse propósito, e hoje estamos vendo, que, realmente, o caminho era esse. E não tem outra solução. E o estado é humanamente incapaz de cuidar desses investimentos que requerem uma conservação e ampliação de rodovias. E agora, o resultado está aí, as 18 melhores rodovias do Brasil estão aqui em São Paulo.

E, agora, com essa informação que o Giovanni nos trouxe, da possibilidade de a cada quatro anos, você fazer uma espécie de um projeto revisional e que vai chamando a sociedade, e para melhorar, para ampliar, e isso é um avanço. E é a melhoria, então São Paulo acaba se tornando sim um grande paradigma, e de servir como exemplo para o resto do país. E então eu acho que foi excelente a sua vinda aqui, foi maravilhosa, a participação de todos nós, dos vereadores aqui presentes, e eu quero agradecer ao deputado Carlos Neder, e ao deputado João Paulo Rillo, que atenderam ao pedido dessa Presidência para retirarmos requerimentos que eles tinham de convocação e convite do

Giovanni, e nós, naquela oportunidade sugerimos que aproveitássemos a vinda dele pelo art. 52 para podermos discutir os dois assuntos.

E, então eu acho que foi válido essa iniciativa, eu agradeço ao deputado Neder, e ao João Paulo Rillo pela atenção dada.

O SR. - E agradecer a V. Exa. ao Sr. Presidente, que topou essa discussão e conduziu tranquilamente. Queria te cumprimentar também, João.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ - PSDB – Que é isso.

O SR. - Mas eu queria dizer para o senhor que discordo que na época, eu não sei se V. Exa. já era deputado, mas discordamos do modelo de construção.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ - PSDB – Eu sou deputado desde 1998.

O SR. - E então, foi 1997 que começou.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CAMEZ - PSDB – Mas eu era prefeito na época, e na Castelo Branco, ia ser privatizada e concedida. E eu me lembro o seguinte, que assim que foi indicado o Presidente do Ped, o plano estadual de Desestatização, foi o vice-governador na época, o Geraldo Alckmin, e eu observei que naquela oportunidade na Castelo Branco não se tinha no objeto do contrato, a construção do viaduto Jossei Toda, e ali no quilômetro 33, 32, e mais alguma coisa que dá acesso à área industrial da minha cidade. E imediatamente eu procurei o vice-governador na época e mostrei para ele a necessidade, “Dr. Geraldo, se não for se construir um viaduto, a cidade de Itapevi morre. E nós não vamos ter uma área industrial”.

E, se imediatamente ele mandou chamar o pessoal e preparou o objeto, e mudou o objeto e incluiu o viaduto. E se não fosse esse viaduto, não teríamos hoje a “Ouro Farma”, que, hoje muitos de vocês passam por lá, e a “Cacau Show”, e quer dizer, se tornou um grande parque industrial, porque a única via de acesso que tínhamos era esse viaduto.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Pela ordem, deputado.

O SR. - Eu também quero cumprimenta-lo pela condução dos nossos trabalhos. E contamos com a presença de V. Exa. e dos demais membros da Comissão na reunião que faremos no dia 22...

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – ... 22 às 19 horas, na câmara municipal de Barra Bonita.

O SR. - Muito bem. Obrigado.

O SR. - E a agradecer aos vereadores, a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE - JOÃO CARAMEZ – PSDB – Gente, então nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão. Agradecendo a presença de todos os senhores, obrigado, Giovanni.

* * *